

CLAUDIA APARECIDA KREIDLORO

MUSEU DA CIDADE DE SALTO
POLÍTICA CULTURAL E EDUCAÇÃO

CAMPINAS

2007

CLAUDIA APARECIDA KREIDLORO

**MUSEU DA CIDADE DE SALTO:
POLÍTICA CULTURAL E EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte da Faculdade de Educação da Universidade Estadual, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Carmo Martins.

Campinas
2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

K873m Kreidloro, Claudia Aparecida
Museu da cidade de Salto : política cultural e educação / Claudia
Aparecida Kreidloro. -- Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : Maria do Carmo Martins.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Educação. 2. Museologia. 3. Políticas públicas. 4. Política cultural.
5. Salto (SP) - História. I. Martins, Maria do Carmo. II. Universidade Estadual
de Campinas. II. Faculdade de Educação. III. Título.

06-724-BFE

Título em inglês: Museum of the City of Salto : cultural policy and education

Keywords: Education ; Museology ; Public policies ; Cultural policy; Salto (SP) - History

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Martins (Orientadora)
Profa. Dra. Maria Angela Borges Salvadori
Profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani
Prof. Dr. Wenceslao Machado de Oliveira Júnior
Prof. Dr. Elison Antonio Paim

Data da defesa: 22/02/2007

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : claudiakreidloro@yahoo.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE FOTOGRAFIAS	vi
RESUMO/ ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – MUSEU E MEMÓRIA URBANA	14
- Memória Urbana como Memória Coletiva?	14
- Industrialização	16
- Imigração	20
- Arquitetura	21
- Rios	23
- O Museu–percurso da Cidade de Salto e sua Sede	25
- Núcleos Externos do Museu da Cidade de Salto	37
- Parque Usina das Lavras	37
- Parque Rocha Moutonné	38
- Dez Pontos de Referência do Museu da Cidade de Salto	39
- 01 – Ponte Pênsil, Rio Tietê, Hidrelétrica e o Mirante	39
- 02 – Brasital	41
- 03 – Igreja N. S. do Monte Serrat, Urbanização e Fundação da Cidade	42
- 04 – Jardim Público – Concha Acústica	43
- 05 – Estação Ferroviária	44
- 06 – Escola Tancredo do Amaral	45
- 07 – Vila Operária e os Quintalões	46
- 08 – Clube de Regatas e o Rio Jundiá	47
- 09 – Monumento à Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat	48

- 10 – Praça XV de Novembro	49
- Reflexões sobre o museu e a cidade	49
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E MUSEU	54
- A origem dos Museus	54
- Relações entre Museu e Educação	60
- A Experiência Educacional do Museu da Cidade de Salto	62
CAPÍTULO 3 – POLÍTICA CULTURAL E O MUSEU DA CIDADE DE SALTO	81
- Comentário Inicial	81
- Aspectos Históricos sobre Política Cultural Brasileira	83
- Atualidade sobre Projetos de Políticas Culturais e o caso do Museu de Salto	86
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
FONTES	107

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Prof^a. Dra. Maria do Carmo Martins pelo privilégio de tê-la como orientadora e pela incalculável contribuição à minha formação.

Agradeço a Prof^a. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani e a Prof^a. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori pelas valiosas sugestões no Exame de Qualificação e por aceitarem participar da defesa.

Ao meu grande amigo Joel Della Pasqua, meus sinceros agradecimentos por todas as horas que estive ao meu lado.

A amiga Gisele Buzeli pelo carinho, ajuda e tranquilidade.

A CAPES um agradecimento especial pelo apoio financeiro.

Para Caio, Carlos, Caíque, Natan, Clóris, Carlos Otávio, Clóvis, Solange, Otilia, Irineu, Bárbara, Denise, Elaine, Eliana, Neide, Marcelo e Maria.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

CAPÍTULO I

- FOTO 01 - Fachada da sede do Museu da Cidade de Salto. Foto: Gisele Buzelli. 2005.
- FOTO 02 - Acervo relativo à Escola Anita Garibaldi. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 03 - Biblioteca do Museu da Cidade de Salto. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 04 - Painel da Sala da Presença Italiana. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 05 - Comportas de represamento do rio Tietê. Foto: Gisele Buzelli. 2005.
- FOTO 06 - Igaçaba (urna funerária indígena). Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 07 - Cachoeira do Rio Tietê. Salto – SP. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 08 - Tear da antiga indústria de tecidos Brasital. Foto: Gisele Buzelli. 2005.
- FOTO 09 - Armazém Popular no centro da Cidade. S/d. Acervo: Museu da Cidade de Salto.
- FOTO 10 - Cadeiras Austríacas. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 11 - Romaria à Bom Jesus de Pirapora. S/d. Acervo: Museu da Cidade de Salto.
- FOTO 12 - Parque Usina das Lavras. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 13 - Rocha Moutonnée. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 14 - Ponte Pênsil. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 15 - Queda d'água do rio Tietê. Sem data. Acervo: Museu da Cidade de Salto.
- FOTO 16 - Fábrica Brasital. Sem data. Acervo: Museu da Cidade de Salto.
- FOTO 17 - Antigo prédio da Indústria Têxtil Brasital. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 18 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat. Foto: Gisele Buzelli. 2005.
- FOTO 19 - Concha Acústica. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 20 - Comemoração no Jardim Público por ocasião do término da II Guerra Mundial. 1945. Acervo: Museu da Cidade de Salto.
- FOTO 21 - Prédio da Antiga Estação Ferroviária de Salto. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 22 - Escola Estadual Tancredo do Amaral. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 23 - Casa da Antiga Vila Operária. Foto: Gisele Buzelli. 2006.
- FOTO 24 - Maquete da Vila Operária, presente na exposição do Museu da Cidade de Salto. Foto: Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 25 e 26 - Escorregador e Trampolim do Clube de Regatas Estudante Saltense, no Rio Jundiáí. Foto: Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 27 - Nadadores do Clube de Regatas. Década de 1940. Acervo: Museu da Cidade de Salto.

FOTO 28 - Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat. Foto: Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 29 - Praça XV de Novembro. Foto: Gisele Buzelli. 2006.

CAPÍTULO 2

FOTO 30 - Organograma do Museu-Percurso ressaltando sua Sede, seus Pontos de Referências e Núcleos Externos. Foto: Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 31 - Face (externa) do folder do Museu da Cidade de Salto, criado em 1991, pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. Foto Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 32 - Face (interna) do folder do Museu da Cidade de Salto, criado em 1991, pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. Foto Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 33 - Face (interna) do folder do Parque Rocha Moutonnée, criado em 1991, pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. Foto Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 34 - Face (externa) do folder do Parque Rocha Moutonnée, criado em 1991, pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. Foto Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 35 - Face (interna) do folder do Parque das Lavras, criado em 1991, pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. Foto Gisele Buzelli. 2006.

FOTO 36 - Face (externa) do folder do Parque das Lavras, criado em 1991, pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. Foto Gisele Buzelli. 2006.

RESUMO

Museu da Cidade de Salto: Política Cultural e Educação

Este trabalho problematiza a História do Museu da Cidade de Salto, cidade do interior do Estado de São Paulo, desde a sua instalação em dezembro de 1991, até o ano de 2005, quando o poder municipal demonstrou interesse em modificar a concepção original do Museu, direcionando-o à outra leitura da história da cidade, passando pelo potencial educacional do Museu e os vários temas por ele abordado como, a industrialização, a imigração italiana, a formação político-administrativa do município e a organização cultural. O trabalho aborda também o método de trabalho utilizado para a instalação do Museu, as políticas públicas do município e as suas implicações a respeito das representações culturais eleitas para compor a exposição do Museu da Cidade de Salto.

ABSTRACT

Museum of the City of Salto: Cultural Policy and Education

This paper approaches the History of the Museum of the City of Salto, a city on the countryside of the state of Sao Paulo, from its implementation in december 1991 to the year 2005, when the city administration showed interest in changing the original conception of the Museum, directing it to a different rendering of the history of the city, including the Museum's educational possibilities and the subjects in its range, such as industrialization, the Italian immigration, the political and administrative formation and cultural organization of the city. The paper also focuses on the working method adopted for the implementation of the Museum, the public policies of the city and the reflections of these on the choice of the cultural items that compose the exhibits of the Museum of the City of Salto.

INTRODUÇÃO

A Memória, onde cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (p. 477).

Jacques Le Goff

História e memória, 1996.

Este trabalho tem como objetivo central discutir e problematizar a História do Museu da Cidade de Salto, cidade do interior do Estado de São Paulo, desde sua instalação em dezembro de 1991, passando por seu potencial educacional diante da população local e do interior paulista, até o ano de 2005 em que o poder municipal demonstrou interesse em modificar a concepção original do Museu, direcionando-o à outra leitura da História da cidade.

Esse trabalho visa também contribuir para a discussão sobre políticas culturais direcionada aos museus, construída através da experiência no trabalho desenvolvido no Museu de Salto e o confronto com a impossibilidade de renovação desse trabalho ligado à política determinada pelo poder público local.

Esta dissertação está intimamente ligada ao trabalho que desenvolvi no Museu da Cidade de Salto entre os anos de 1994 – 2002 e 2004 – 2006. Nos dois períodos que trabalhei no Museu de Salto preocupei-me relevantemente com duas frentes de trabalho, por assim dizer: criação de um arquivo e atendimento ao público.

O trabalho na área de arquivologia passou por todas as etapas que essa atividade exige como a coleta, a higienização, pesquisa a respeito da origem da documentação, a organização física e a criação de instrumentos de pesquisa.

A criação de um arquivo composto por coleções particulares e institucionais provocou no Museu de Salto o aumento do número de pesquisadores interessados na história local. Os pesquisadores eram, sobretudo, estudantes de todos os níveis de escolaridade, da própria região e também de outros Estados.

Ao público pesquisador o Museu oferecia a Biblioteca, composta por obras de autores regionais, jornais locais, biblioteca da extinta Sociedade Italiana, dentre outras frentes de pesquisa, além do já mencionado arquivo e atendimento monitorado às escolas e grupos e as visitas técnicas de interesse de profissionais das áreas de museologia e arquivologia.

A demanda maior ocorria através da visitação escolar, fato que me direcionou para o mestrado, por que, de início, esse era o meu interesse de estudo para a dissertação que buscava desenvolver métodos para o monitoramento desses estudantes.

A trajetória profissional anterior e concomitante à minha presença no Museu da Cidade de Salto aconteceu ao ingressar no curso de graduação em História, na Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, entre os anos de 1991 e 1994.

Em fevereiro do ano de 1993, ingressei num estágio no Museu Republicano Convenção de Itu, instituição dedicada ao estudo da história da República, do período entre 1889 – 1930. O Museu Republicano é uma extensão do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e, juntamente com o governo do Estado, desenvolveu, naquele ano de 1993, um trabalho para elevar os padrões de organização, gestão e

desempenho da máquina pública. O estágio concentrava-se em organizar a documentação administrativa da instituição, desde 1923, ano da fundação do Museu Republicano, até o ano de 1963, data da incorporação do Museu Republicano ao Museu Paulista e à Universidade de São Paulo. O trabalho resultou no instrumento de pesquisa: “Fundos de Arquivo e das Coleções de Documentos Pertinentes ao Setor de Documentação do Museu Paulista da Universidade de São Paulo”. O estágio foi mantido pela FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), uma organização vinculada à Casa Civil do Estado de São Paulo, que desenvolve projetos nas áreas organizacionais, de recursos humanos, de desenvolvimento de gestão administrativa e de pesquisa aplicada. Através da organização da documentação administrativa do Museu, tive oportunidade de adquirir noções sobre os trabalhos desenvolvidos pela instituição nas áreas técnicas – museologia e arquivologia; produção científica e administração pública.

Após o término do estágio, fui contratada pela Prefeitura Municipal de Salto, pelo período de um ano, no entanto, permaneci na instituição por dez anos. Nesse período, coloquei em prática a experiência adquirida no Museu Republicano.

Instigada pelo trabalho que se tornava cada dia mais volumoso e procurado por muitos pesquisadores, resolvi fazer o Curso de Especialização em Organização de Arquivos, oferecido pela Universidade de São Paulo.

Após a especialização, com o auxílio dos poucos funcionários, criamos um arquivo constituído de documentos de origem pessoal e institucional e implantamos o trabalho de atendimento ao pesquisador, também a informatização do acervo, porém, de forma bastante limitada, pela falta de investimento.

Nos últimos meses que desenvolvi trabalhos no Museu de Salto centrei os esforços na tentativa de levar o Museu a receber incentivos financeiros para a compra de equipamentos e ampliar seu quadro de funcionários para suprir a demanda de doações significativas, tanto ao que diz respeito ao acervo de objetos, quanto ao de documentos. Porém, a administração demonstrou interesse em desfazer o Museu para constituir outro, com outra proposta, diferente da original baseada no Movimento da Nova Museologia, modificando, assim, o perfil de *museu da cidade industrial* para um outro.

Este trabalho busca também uma problematização das questões relativas à memória, já que o Museu da Cidade de Salto aborda diretamente a temática ligada à História das fábricas e dos trabalhadores fabris saltenses ao longo do século XX, somado ainda à farta presença de imigrantes italianos na cidade, sendo que esses dois temas acabam interligando-se e partindo ao encontro de um entendimento de micros universos ligados ao cotidiano fabril para compor um olhar histórico dessas representações coletivas no que diz respeito à preservação da memória local. Esses micros universos ligados ao cotidiano fabril ligam-se à memória do cotidiano privado das famílias de trabalhadores, das manifestações religiosas e operárias e das relações institucionais entre os quadros sociais que então se alicerçavam, somando-se ainda o desenvolvimento comercial engendrado pelo desenvolvimento industrial. O projeto inicial previa a alternância dos conteúdos da exposição que gravitava em torno da temática central que aborda a cidade de Salto como cidade industrial, sendo que tal alternância não se efetivou devido à ausência de recursos materiais e humanos que se sobrepuseram ao projeto inicial.

No capítulo I, intitulado *Museu e Memória Urbana*, será apresentada a constituição do Museu da Cidade de Salto e seu estatuto de Museu-Percurso, nome criado pela equipe técnica que ativamente trabalhou em sua implantação, sendo que esse formato de Museu foi inspirado no Ecomuseu europeu. Além dos aspectos urbanos de caracterização da cidade construída pelo museu problematizo a importância de construção de um museu-percurso.

No capítulo II, *Educação e Museu*, abordo a origem dos museus e a sua relação com a educação, através de exemplos ocorridos em outros museus e evidencio a problemática das experiências educacionais do Museu da Cidade de Salto, além de questionar a capacidade de vincular a idéia de público e de política cultural nessa estratégia de museu.

No capítulo III, *Política Cultural e o Museu da Cidade de Salto*, discuto as políticas públicas direcionadas à cultura, especialmente voltadas aos museus e problematizo as maneiras como essas políticas culturais foram desenvolvidas no Museu da Cidade de Salto e nas crises pelas quais ele passou.

As considerações finais serão dedicadas a um balanço das experiências ocorridas no Museu da Cidade de Salto, com a finalidade de questionar não só a história do Museu da cidade, mas acima de tudo pensar como um projeto que se supõe bastante ousado e firmado numa determinada política cultural, acaba seguindo um processo de derrocada, evidenciando a falta de abrangência do modo interno de diálogo que se estabelece entre o Museu e as políticas públicas e culturais da Secretária Municipal de Cultura da cidade de Salto.

CAPÍTULO I

MUSEU E MEMÓRIA URBANA

Memória Urbana como Memória Coletiva?

Dentro do que se poderia chamar de uma política da memória, um único personagem ou um grupo pode ser investido com o direito de ocupar o centro de um programa de memorização e como forma de fixação de tal memória, criam-se espaços e instituições-memória como arquivos, bibliotecas e museus. Nestes espaços destinados ao registro de uma memória coletiva, acaba-se registrando, em grande parte dos casos, a memória do grupo selecionado e esta acaba impondo-se como memória coletiva.

A experiência desenvolvida no museu da cidade de Salto revela tais procedimentos quando seleciona a memória dos imigrantes italianos e de famílias ligadas ao trabalho fabril dos primórdios do século XX, como uma memória urbana coletiva que viria a designar todo o povo da cidade de Salto. A memória urbana que assume o sentido de memória real o faz quando estabelece-se nos limites de tornar-se “história”, dessa forma, o acervo que monta-se no museu saltense conduzindo a amostragem daquilo que elabora-se como a influência italiana e fabril na cidade, estabelece-se e legitima-se como a “história de Salto”, ainda que negligencie e mantenha no silêncio outros grupos e formas de representação que somam-se na constituição da história urbana local. Percebe-se então que essa tal memória urbana coloca-se como a memória oficial evocada pelo museu e seu acervo, que negligencia certos grupos, oficializa outros e que despreza a memória rural como parte desse elenco histórico. Fazemos menção a esse desprezo pela memória rural no sentido de

definir o museu de Salto como expositor de uma memória exclusivamente urbana – ao menos em sua sede central, já que como um museu-percurso possui outros pontos de referência que se ligam, por exemplo, à incorporação de espaços naturais como parte do que se expõe – centrada nos universos fabris e nos aspectos legados pela cultura italiana na cidade. É válido também ressaltar a presença no museu de uma “igaçaba” (urna funerária indígena), cuja presença evoca uma memória que não é tecida pelas vias modernas da escrita e das imagens iconográficas, mas através de um objeto que comunica certos traços de uma cultura indígena que estabeleceu-se neste espaço, hoje definido como cidade, antes ainda da colonização portuguesa. A sua exclusiva presença dentro de um acervo basicamente formado por elementos da cultura italiana e fabril do círculo urbano da cidade, revela para esse artefato um papel decorativo e de curiosidade acerca da história local e lhe rejeita o papel de um elemento formador da memória coletiva e da história da cidade de Salto. É um traço de memória perdido no tempo.

A memória coletiva efetua-se decisivamente com um elemento de poder. O uso que se faz dessa memória é uma etapa de legitimação do status de certos grupos e classes sociais no seio de uma sociedade. Arquivos, museus e bibliotecas devem, na verdade, servir como elementos de luta por uma democratização da memória com fins de se obter uma dose de equidade entre as classes e grupos que compõe os quadros da sociedade e também para se poder chegar aos níveis de objetividade científica na elaboração da História. Como finalizadora desta breve reflexão acerca dos limites entre memória coletiva e legitimação de poder, citamos as palavras do historiador Jacques Le Goff, no qual considera que *a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante*

na luta das forças sociais pelo poder. (...)os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1996).

Industrialização

Em Salto, próximo às margens do rio Tietê, há um conjunto de prédios de arquitetura industrial inglesa do século XIX. Suas dimensões proporcionam ao observador um interesse imediato pela construção.

Atualmente em seu interior não há mais as máquinas, o prédio foi adaptado para outros fins, mas suas torres ainda permanecem.

Algumas casas seguem a mesma arquitetura, a industrial inglesa do século XIX, de tijolos aparentes e alicerces em granito, atualmente ocupadas comercialmente.

Do outro lado do rio Tietê vê-se outra construção, a indústria de papel, inaugurada em 1889.

(...) a festa de inauguração (...) realizou-se em 16 de setembro de 1889. As dependências (...) transformaram-se no centro de um grande acontecimento republicano. A grandiosidade das edificações e a tecnologia empregada fizeram dela, assim como de outros empreendimentos fabris do século XIX, símbolo do progresso, da civilização e do desenvolvimento econômico. Seus proprietários (...) receberam republicanos históricos como Francisco Glicério e Bento Quirino, de Campinas, e Bernardino de Campos, de Amparo (...) Esteve presente também o engenheiro Ramos de Azevedo. (...) Começava assim a história da construção da Papel de Salto, a primeira fábrica de papel do País e da América Latina. (ZEQUINI, 1999).

Na mesma vista há um canal e uma barragem construídos pela Cia. Ituana de Força e Luz, da década de 1930, responsável por interferências no leito do rio que o desviaram através de um braço para a geração de energia.

A Indústria de Papel, no ano de 1889, procurou também captar as águas do rio Tietê, executando algumas obras para a barragem. A captação das águas do rio Tietê pelas primeiras indústrias têxteis instaladas em Salto, gerou muita polêmica entre os empresários, tendo sido motivo de processos judiciais, culminando em desavenças pessoais entre os proprietários.

No início do século XX, a Brasital – fábrica à margem direita do rio Tietê – transformou a paisagem urbana. Sua arquitetura inglesa chega juntamente com os técnicos responsáveis por sua instalação. A indústria inglesa liderava o processo tecnológico industrial têxtil (Zequini, 2004).

De 1904 a 1919 a fábrica de tecidos Brasital se chamava *Società per l'Exportazione e per l'Industria Ítalo-Americana*, tendo sua sede na cidade de Milão na Itália. A partir de 1919 passa a se chamar Brasital S. A. (Brasital Sociedade Anônima para o Desenvolvimento Comercial no Brasil). A partir deste ano a empresa passou a ser formada por acionistas brasileiros, além dos italianos.

A fábrica de tecidos constrói uma vila operária, uma creche para os filhos dos operários e uma distribuidora de alimentos.

Entre as casa construídas estão:

1920 – 1924: Treze chalés para mestres e contramestres.

1920 – 1925: Duzentas e quarenta e quatro casas da vila operária Brasital.

1924 – 1927: Vinte casas no Porto Góes.

1945 – 1946: Oito casas na barra do Tietê¹.

¹ Reprodução a partir de um dos painéis em exposição do Museu da Cidade de Salto, produzido pela equipe do museólogo Júlio Abe Wakahara, em 1991.

Construindo, em 1913, uma ponte pênsil – suspensa através de cabos de aço, representação das obras da engenharia da época – que permitiu a travessia de um trecho do rio Tietê, interditado pela fábrica por ocasião da construção de um galpão.

A Brasital interfere também na arquitetura religiosa, patrocinando a demolição da igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat, que fora construída pela técnica da taipa de pilão, em 1698, pelo capitão Antonio Vieira Tavares, proprietário da Fazenda Cachoeira, donde originou a cidade. Em seu lugar é erigida outra maior, em estilo Românico, inaugurada em 1936.

A arquitetura em Salto é industrial e racional. A cidade passa, a partir da instalação das indústrias têxteis, de cultura agrária para a cultura industrial. A transição da cultura agrária para a industrialização não foi feita da noite para o dia, a indústria têxtil chega a Salto em 1875, com tecnologia estrangeira e é estrategicamente construída às margens do rio Tietê para a captação da energia hidráulica. Tal energia foi determinante para a instalação das primeiras indústrias. Anterior à instalação da Brasital, já existia indústrias menores, propriedade de fazendeiros da região, sobretudo da cidade de Itu, onde a concentração de capital da cultura da cana-de-açúcar e posteriormente do café, levou ao investimento na indústria têxtil, determinada pela forte demanda estrangeira, principalmente com a crise agrícola norte-americana, agravada pela Guerra da Secessão (1861 – 1865).

Salto desenvolveu-se urbanamente sob grande influência da fábrica de tecidos, a primeira em 1875, que proporcionou mudanças à vila em vários sentidos: economicamente e populacionalmente; atrai mão-de-obra de outras regiões e imigrantes; cresce também tecnologicamente, através da maquinaria; e projeta um novo cotidiano, com as inovações, sobretudo, com a criação da vila operária, com água

encanada e energia elétrica. A partir da década de 1920, a fábrica organizou para os operários, a fim de favorecer o ritmo da produção, creche, assistência médica, lojas de alimentação e vestuário para atender aos operários que tinham que se vincular à compra desses produtos.

Outras indústrias, instaladas nas décadas de 1950 a 1970, em sua maioria, multinacionais, compõem o novo cenário e por elas, a industrialização fez-se perdurar. As indústrias da cidade, nesse momento, foram alimentadas pela mão-de-obra migrante, principalmente do Estado do Paraná, e também pela mão-de-obra de descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, que se mantiveram até esse momento na zona rural, mudando-se para a área urbana da cidade por ocasião desse novo instante do processo industrial, sendo, dessa forma, responsáveis pela nova expansão urbana, com a criação de novos bairros.

Sobre as indústrias que se instalaram em Salto nestas décadas de 1950 e 1970, podemos considerar que,

“O carro-chefe deste processo foi a Eucatex, seguida pela Emas, Picchi e Sivat. A Eucatex produz chapas e forros isolantes e acústicos, a Emas produz óxido de alumínio e carbureto de silício, que são matéria-prima para a fabricação de esmeril; a Sivat produz o esmeril e a Picchi é uma metalúrgica que produz botijões de gás, gabinetes de refrigeradores e algumas peças para a indústria automobilística e ferroviária”. (MERLIN, 1986)

O arquiteto Merlin cita mais elementos da industrialização da cidade, como as vinícolas, cerâmicas, pedreiras, curtume, confecções e descreve alguns fatores que contribuíram para a instalação dessas indústrias.

(...) De fato, com água, energia elétrica, transportes rodoviário e ferroviário, um sítio ecológico propício e uma pequena estrutura urbana,

complementados por isenções fiscais com incentivo municipal, deram o tom deste novo ciclo de industrialização na cidade. (MERLIN, 1986).

Imigração

Com a crescente industrialização, fim do século XIX, início do século XX, os estrangeiros se estabeleceram na cidade de Salto. Pelo levantamento feito através dos *Registros de Estrangeiros*, entre os anos de 1939 e 1964, aponta-se o percentual desses imigrantes. O número total de *Registros* soma 854, sendo:

- 59,01% de italianos;
- 18,38% de espanhóis;
- 4,68% de japoneses;
- 3,51% de portugueses;
- 2,92% de iugoslavos;
- 11,40% da somatória de outros imigrantes: alemães, argentinos, armênios, austríacos, búlgaros, norte-americanos, gregos, húngaros, libaneses, lituanos, poloneses, romenos, russos, sírios, suíços e uruguaios.

Os *Registros de Estrangeiros* derivam do Decreto nº. 3.010, de 20 de agosto de 1938, que Regulamenta o Decreto-lei nº. 406, de 04 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Resumidamente, o Decreto determinava que todo estrangeiro estabelecido no Brasil devesse registrar-se na Delegacia de Polícia de seu município, oferecendo dados pessoais (origem, filiação, estado civil, filhos menores de dezoito anos), da sua entrada no país (data da chegada, nome da embarcação, porto), de permanência (comprovante de propriedade, local de trabalho, local de residência, testemunhas).

Os *Registros de Estrangeiros* sob a guarda do Museu da Cidade de Salto são prontuários que pertenceram à Delegacia de Polícia. Ao estrangeiro era oferecida uma carteira que comprovava estar regularizado perante a justiça brasileira. A aquisição

desses *Registros de Estrangeiros* pelo Museu da Cidade de Salto se deu no ano de 1998 a partir de doação feita pela Delegacia de Polícia de Salto.

As representações italianas sobressaem-se às outras por haver na cidade força econômica e política centrada na Indústria de Tecidos Brasital através de doações em dinheiro para várias instituições, como a igreja católica, a escola italiana, o clube de esportes, a banda italiana e outras manifestações que contribuíram à ideologia importada da Itália.

Com a documentação *Registros de Estrangeiros* é verificado a superioridade de elementos, através do percentual de 59,01% de imigrantes italianos, fenômeno que pode ser percebido na quase totalidade das cidades paulistas, no entanto, aproximadamente 40% da população estrangeira que compõe o quadro ficam invisíveis no museu de Salto, sem representatividade, estabelecendo-se como uma parcela de imigrantes da cidade que fica esquecida pela opção política feita pelo museu quando estabelece o quadro da memória local que seria valorizada.

Arquitetura

Voltando as representações físicas de Salto, salientemos a arquitetura, cujos exemplos significativos são encontrados na cidade, porém, nenhum muito antigo, como os de taipa de pilão². Os que existem são de tijolos fabricados na própria região rica em taguá, barro próprio para esse fim. Em taipa de pilão, como já mencionado, existiu a igreja construída em 1698, pelo capitão Antonio Vieira Tavares. Outro prédio em taipa, um casarão próximo à cachoeira, é derrubado na década de 1960.

² A técnica de construção de prédios em taipa de pilão resume-se em utilizar a terra molhada compactada através do uso de colunas e socadores de madeira na fabricação de paredes. Tal técnica foi utilizada nas primeiras edificações jesuítas em São Paulo a partir da mão-de-obra escrava.

Atualmente os exemplares dessa arquitetura antiga do século XX, que já fazia, portanto, uso de tijolos, são os prédios do Conservatório Municipal Maestro Henrique Castellari, antigo Hotel Saturno; o prédio residencial, antigo Hotel Brasil, construído em 1915, hoje restaurado pelos proprietários; o prédio do Museu da Cidade de Salto, antiga Sociedade Italiana, recuperado em 1991, por ocasião da inauguração do Museu; e o prédio da Biblioteca Pública, uma antiga residência.

Outro prédio de arquitetura mais antiga, de 1913, é o da Escola Estadual Tancredo do Amaral, tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), numa iniciativa do governo estadual para preservar os exemplares dessa arquitetura que estão espalhados pelo Estado de São Paulo. Todos os prédios construídos pelo Estado, num mesmo período, possuem a mesma linha arquitetônica³.

A Estação Ferroviária da Cia. Ituana, inaugurada em 1870, foi adaptada, depois de 1991, para alojar uma escola e uma cooperativa de alimentos, anos depois a escola mudou-se e em seu lugar se instalou um posto médico. No período de sua inauguração, o acesso da cidade para a Estação dava-se através de uma balsa que cruzava o rio Jundiaí. É em 1939 a construção da primeira ponte de madeira para servir de acesso ao local.

O granito utilizado nas construções é conhecido por granito Salto, ou granito rosa, chamado assim por possuir elementos dessa cor, e encontrado em abundância na região graças à sua formação geológica, o Complexo Cristalino (CARPI JÚNIOR, p. 7-27). Os granitos utilizados nas construções então são retirados dos matacões, que são

³ Documentos Administrativos da Escola Estadual Tancredo do Amaral, sobre o tombamento do prédio.

rochas formadas por intrusão vulcânica, aflorados na superfície. Essas rochas ficam expostas, pois o material de seu entorno foi retirado com a ação do tempo.

Rios

A cidade, como já mencionado, é cortada por dois rios de bom porte. O rio Tietê, que movimentou a maquinaria no final do século XIX, com a geração de energia hidráulica e, o rio Jundiaí, usado no passado para a lavagem de roupas e a prática de esportes, através do Clube de Regatas Estudante Saltense que funcionou entre as décadas de 1930 e 1950.

O rio Jundiaí, atualmente, possui águas escuras pela poluição e que desembocam no rio Tietê umas duas centenas de metros antes da cachoeira. O rio Tietê diferencia-se do Jundiaí porque o caminho que percorre é acidentado e suas águas andam em corredeiras e, além dos mesmos problemas do Jundiaí, apresenta outro, que é a espuma branca, resultado da poluição que se origina a partir do esgoto doméstico lançado nas águas ao longo de seu percurso por várias cidades paulistas. O rio Tietê vem da capital já muito poluído e corre para o interior recebendo poluição de outros municípios, inclusive de Salto. O problema da poluição do rio Tietê tornou-se mais grave quando, na Constituição do Estado de São Paulo de 1988, tornou-se proibido por lei o envio de material poluidor para a represa Bilings. O problema foi transferido para o interior, através da emissão total de detritos para o rio Tietê (FERRARI, p. 110-127).

Para finalizar, a escolha desses elementos para apresentação do histórico da cidade, tem a ver como a forma como o museu organizou uma versão da história da cidade, como também os lugares que ele privilegiou para constituição da memória

urbana de Salto. Chama atenção, por outro lado, o fato de que os espaços representativos do poder público não fazem parte do percurso designado pelo museu, a não ser a Escola Tancredo do Amaral que entra no percurso do museu como único prédio público, já que, a escola destacada pelo imaginário da população é a escola italiana Anita Garibaldi e, vale a pena destacar, que o prédio escolar considerado importante estava em processo de tombamento por outro órgão, no caso, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo). Essa decisão de incluir a mencionada escola pública como elemento do museu-percurso faz parte de uma política pública para o futuro que é a transformação da cidade em um pólo turístico. O assunto sobre as políticas públicas direcionadas ao turismo em Salto terá espaço no terceiro capítulo, em que serão apresentados mais detalhes sobre o tema.

O Museu-Percurso da Cidade de Salto e sua Sede

Museu da Cidade de Salto

*“Um Museu da cidade brota, antes de mais nada,
de um sentimento: o sentimento de pertencer,
de fazer parte de um espaço e de uma história.
No cotidiano das fábricas, das ruas, das casas,
desenrola-se (alegre ou amarga, dura ou amena).
Eis a raiz primeira do Museu: a experiência,
que por ser vivida em comum dá origem a uma comunidade.
Na materialidade dos objetos, imagens e lugares
que ela considera como patrimônio, concretiza-se
não um retrato da cidade objetiva mas a cidade outra:
a cidade vivida, à luz da visão e de sentimento de seus habitantes.”*

Salto, 13 de dezembro de 1991.⁴

Essa denominação “museu-percurso” é criada e implementada em Salto como definidora da proposta que se estabelecia no ano de 1991 para a implementação do Museu da Cidade de Salto. Por museu-percurso devemos entender uma forma de alargamento do espaço físico, geralmente restrito a um único prédio, do Museu, estendendo sua ação a outros pontos de importância histórica e cultural da cidade. Essa proposta de Museu é espelhada no Ecomuseu da cidade francesa de Creusot criado por Georges Henri Riviere e Marcel Evrard na década de 70 do século XX.

Significou, pela própria natureza de seu objeto, uma revolução nos conceitos de patrimônio histórico, de objeto museológico, de Museologia, revolução esta que se deu sincronicamente, em vários pontos do mundo e que se fez sentir também no Brasil, embora muito mais no âmbito teórico e nos das aspirações do que nas realizações concretas no campo museológico.(BARBUY, ZEQUINI, 1992)

⁴ Placa de inauguração do Museu da Cidade de Salto.

Evitou-se chamar o museu saltense de ecomuseu para se poder evitar possíveis confusões quanto à sua proposta e objeto. Muitos ecomuseus foram criados em diversos lugares valendo-se de filosofias variadas e tantas vezes conflitantes, sendo que dessa forma, a opção pela designação de museu-percurso define melhor seu projeto museográfico que desde o princípio se fez mais abrangente do que a simples exposição e reflexão de ambientes naturais, sendo que, dessa maneira, a utilização do termo ecomuseu não seria um bom definidor da proposta que se estabelecia em Salto.

Como Salto teve um considerável impulso para sua industrialização desde o final do século XIX, entendeu-se que o cotidiano do Trabalho seria o eixo principal e gerador da organização do acervo e das reflexões proporcionadas pelo Museu. Formulou-se uma perspectiva bastante ampla de acervo que passou a incluir edifícios e outros pontos da cidade, dessa forma, o nome museu-percurso define claramente sua proposta, que é fazer do Museu da Cidade de Salto um trajeto que se percorre para que se possa conhecer a história local. A história contada no museu de Salto será comentada ao longo do trabalho.



FOTO 01: Fachada da sede do Museu da Cidade de Salto.

Para servir de sede ao museu-percurso foi escolhido o edifício da antiga Sociedade Italiana. Em 1903, a Corporação Musical Giuseppe Verdi, composta de imigrantes italianos, conhecida como Banda Italiana, inaugurou seu prédio sede. Neste edifício, funcionou também o primeiro cinema da cidade e, frequentemente aos domingos, o espaço era utilizado para a realização de bailes. Em 1917, a Sociedade Italiana de Mútua Assistência Giuseppe Verdi, adquiriu este prédio para abrigar a Banda Italiana e, após 1931, integrou-se a Escola Anita Garibaldi. A Escola Anita Garibaldi foi disseminadora da ideologia fascista, sendo seu material didático importado da Itália. Em Salto, a cultura italiana, sobretudo a patrocinada pelo governo fascista, criou raízes, transferindo para a pequena cidade do interior de São Paulo esta ideologia vigente na Itália. No prédio da Sociedade Italiana Giuseppe Verdi, temos o que foi a maior representação desses na cidade: a escola Anita Garibaldi. Sobre a Escola Anita, Mário Dotta, advogado saltense, descreve sua história vivida na Escola Anita Garibaldi. Em *“Escola Anita Garibaldi (1909/1968)”*, Dotta relata suas lembranças de criança no período em que foi aluno da Escola e também descreve a fúria dos brasileiros sobre a Escola quando o Brasil declara-se inimigo da Itália na Segunda Guerra Mundial.



FOTO 02: Acervo relativo à Escola Anita Garibaldi.

(...) Até pouco antes da II Guerra Mundial, em plena euforia fascista, vinham da Península levas de material escolar, métodos de aprendizado de escrita, em livros de ótima confecção em papel couchê, para a distribuição gratuita entre os alunos. (...) Aprendíamos, também, rudimentos de história do Brasil, Geografia, Aritmética elementar, porque o Ministério da Educação e Cultura de Getúlio Vargas, em plena apoteose do Estado Novo, mantinha a exigência de só permitir o funcionamento da Escola, desde que respeitados o ensino de outras disciplinas não alienígenas.

(...) A influência da Escola Anita nos costumes locais permanece ainda. O tempo decorrido entre os primeiros embates sofridos por ordem das autoridades do ensino em plena Ditadura, ditadas por razões de Estado ou razões estúpidas de guerra, abalaram os alicerces dessa Escola.

Dentro de nós essa Escola não desapareceu de todo. Ao toque mágico da lembrança, ao estímulo de associações ligando os terminais da mente, numa fração de segundo se entremostam nítidas, as figuras que povoam este mundo passado, persistindo renitentes, ante a voragem do tempo que tudo apaga e tudo consome". (DOTTA, s/d.)

Em 1937, o prédio passou a abrigar também a Biblioteca Dante Alighieri, composta por um acervo de livros unicamente na língua italiana, a Sociedade dos Ex-Combatentes Italianos da Primeira Guerra Mundial e a sede do Partido Fascista de Salto. Nesse mesmo ano, foi inaugurado um prédio anexo, onde foi instalado o Cine-Teatro.



FOTO 03: Biblioteca do Museu da Cidade de Salto.

O conjunto de prédios passa a ser denominado Casa d'Itália. Nessa mesma época, a banda União Musical Gomes-Verdi, formada também por italianos, passa a ocupar o local para seus ensaios.

Em 1941, com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália, a Sociedade Italiana cessa suas atividades e, apenas a Escola Anita Garibaldi continua em atividade, porém, sem as aulas de língua italiana.

Pouco tempo depois, com a autorização da polícia, a Sociedade aluga o Cine-Teatro à particulares e, a outra parte do prédio, passou a ser utilizado pela SIROS – Sociedade Instrutiva e Recreativa dos Operários Saltenses. Somente em 17 de abril de 1951, os bens da Sociedade foram oficialmente devolvidos aos seus sócios. Mesmo com a legalidade, as atividades da Sociedade foram escasseando. Em 1956, o Rotary Club de Salto ocupou parte do edifício e, em 1968, a Escola Anita Garibaldi, que sobreviveu mesmo durante a Segunda Guerra, encerra definitivamente suas atividades. Quanto às exhibições de cinema, findaram-se na metade da década de 1980, quando estava sendo administrado por particulares.

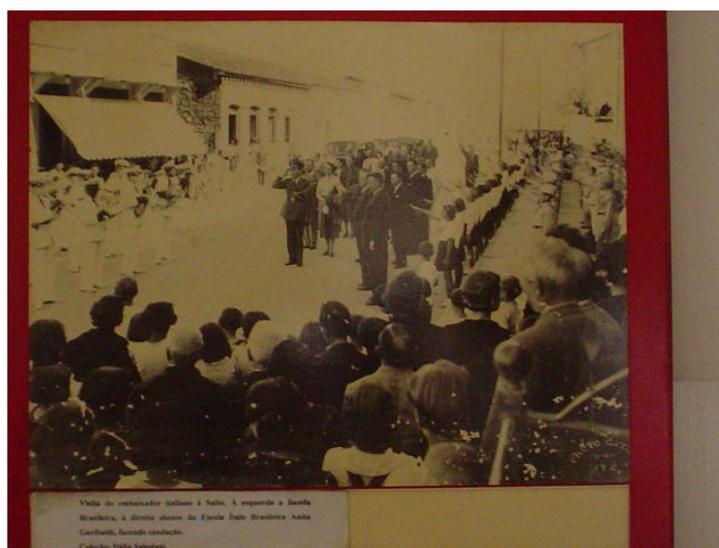


FOTO 04: Painel da Sala da Presença Italiana.

Em 1986, a Prefeitura desapropriou o conjunto de prédios e, no ano seguinte, reabre o Teatro. No dia 13 de dezembro de 1991, parte do prédio foi ocupada pelo Museu da Cidade de Salto.

Através do projeto Cine Paradiso, subsidiado pelo governo do Estado, o cinema voltou a funcionar, dividindo o espaço com o Teatro.

No ano de 1994, a Prefeitura devolveu o prédio à Sociedade Italiana, alegando não ter condições de pagar a indenização pela desapropriação. O problema foi resolvido em 1996, quando a Sociedade Italiana cede o prédio em comodato por trinta anos ao Município e, em contrapartida, a Prefeitura Municipal fica responsável pela manutenção do edifício, além de construir um prédio anexo para sediar a atual administração da Sociedade Italiana Giuseppe Verdi.

A tentativa de buscar aquilo que o grupo de moradores concentrados no centro da cidade de origem italiana julgava relevante para sua história e montar o acervo do museu foi feito através de doações de objetos por famílias, comerciantes, empresas e instituições e que, depois de recolhidos, foram selecionados para compor a exposição central de sua sede, localizada no prédio pertencente à Sociedade Italiana. O acervo acabou concentrando objetos das décadas de 20 e 40 do século XX, dando, por sua vez, o recorte cronológico de sua exposição inaugural, sendo que, além dos objetos, também fez parte das doações uma enorme quantidade de documentos e materiais iconográficos.

Mais de 2000 fotografias foram reproduzidas dando um arranque para a formulação inicial de um arquivo sobre a cidade. (BARBUY, H. e ZEQUINI, 1992). Uma grande parte desse material fotográfico reproduz o universo do trabalho operário nas fábricas da cidade, sendo que tal material, até então, era guardado pelas indústrias, e,

portanto, sem acesso à população e à pesquisadores do assunto. Fotos particulares retratando famílias e seu cotidiano também foram copiadas e expostas no acervo. O conjunto dessas imagens formou uma coleção de negativos nos arquivos do museu, tendo por prioridade atender à pesquisadores e aos próprios cidadãos quando se faziam necessárias em pesquisas de ordem geral.

A partir de todo o material adquirido pelo Museu, a exposição foi organizada e articulada dentro de uma estrutura que comportava cinco partes temáticas:

1 – Meio Ambiente: aborda o ambiente natural no qual se implantou a indústria e se desenvolveu a cidade. Entre outras peças está uma igaçaba, testemunho de antigo aldeamento indígena (primeiros povoadamentos) e uma rocha granítica de 13 toneladas, típicas da paisagem da região.



FOTO 05: Comportas de represamento das águas do rio Tietê.



FOTO 06: Igaçaba (urna funerária indígena).



FOTO 07: Cachoeira do rio Tietê.

2 – Indústria: além de indicar a importância das fábricas na gestão e crescimento da cidade, objetos expostos (tais como um tear industrial, meadeiras, balanças e máquinas de calcular), referem-se a uma relação direta com o trabalho, fazendo parte do cotidiano local. Uma maquete da vila operária Brasital, que tem características especiais, representa um aspecto da urbanização pela fábrica e dá a medida do modo de vida operário em Salto, entre as décadas de 1920-60.



FOTO 08: Tear da antiga indústria de tecidos Brasital.

3 – Comércio e Serviços Urbanos: as necessidades de uma cidade em crescimento, que precisa de uma série de produtos e serviços, geram atividades que também absorvem uma parcela da população. Nesta parte estão os objetos relativos às escolas, hotel, carpintaria, etc.



FOTO 09: Armazém Popular no centro da Cidade.

4 – *Universo Doméstico: a tônica do trabalho está presente em Salto, também no ambiente doméstico das casas da população majoritariamente operária. Máquinas de costura e panelas destacam-se nesta parte do Museu, ao lado de uma mobília de sala usada em casamento de 1900.*



FOTO 10: Cadeiras Austríacas.

5 – *Costumes: costumes religiosos e laicos estão indicados entre outros, pelos objetos relativos à Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat (confessionário, imagem sacra, etc.) e ao carnaval de Bonecões da Barra. (BARBUY, ZEQUINI, 1992).*



FOTO 11: Romaria de Salto a Bom Jesus de Pirapora.

Podemos ainda acrescentar a essas cinco partes o que se denominou por Sala da Presença Italiana:

Anexa a esta estrutura está a sala da Presença Italiana, que aborda as marcas das organizações italianas em Salto, cujas instituições estiveram, ao longo do tempo, sediadas no edifício que hoje abriga o Museu: a Banda Italiana, a Escola Ítalo-Brasileiro Anita Garibaldi e a Sociedade de Mútua Assistência Giuseppe Verdi, além do Partido Fascista de Salto. O imigrante italiano, de um modo geral, que chegou maciçamente a Salto nas décadas de 1910 e 20, para trabalhar na indústria, está presente não só nesta sala, mas permeando toda a exposição. (BARBUY, ZEQUINI, 1992).

Em relação à presença do fascismo na cidade, esta se deu de forma mais significativa através da Escola Anita Garibaldi, já acima mencionada, sendo que, além do material didático que era proveniente da Itália fascista e, que, portanto, era propagandístico, resultou numa espécie de referência aos italianos da cidade e quando o Brasil se declara inimigo da Itália em 1942 e adere à guerra, a população não italiana da cidade demonstrou através de um ataque ao prédio da escola seu repúdio aos cidadãos de origem italiana em Salto. Esse momento é retratado num documento, escrito em data desconhecida, por Dotta, descendente de uma família italiana. Transcrevemos abaixo um trecho deste documento:

(...) esta mesma Escola Italiana que não era vista com simpatia, apesar de sua contribuição cultural, pela xenofobia invejosa, preconceituosa e retrógrada, era respeitada como um templo. Os sacripantas secretamente hostis a ela, não usavam sequer imaginar arremetida, embora acariciassem há muito tempo a idéia iconoclasta.

(...) O grupelho vindicativo foi crescendo e fazendo adeptos, aliciando e clamando vingança a cada notícia que agitava o éter. À falta de um objeto material em que descarregar a fúria crescente, restou uma escola e um símbolo: a escola foi Anita Garibaldi, o símbolo, o imortal maestro da "Aída", cuja estátua serena olhava o horizonte de cima da cornija mais alta da Banda Gomes Verdi, precedendo indiferente ao burburinho de baixo de seu busto. O Brasil declarava guerra ao Eixo e um dos aliados deste era a

Itália. O estopim estava visível e pronto para fazer explodir a bomba que estes indomáveis cidadãos haveriam de acionar.

Este trecho nos informa acerca do relacionamento entre os italianos, seus descendentes e os brasileiros moradores da cidade por ocasião da guerra, em que puderam demonstrar seus verdadeiros sentimentos mútuos em relação uns aos outros.

Os elementos selecionados para compor o Museu tratam da história da cidade de Salto de forma fragmentada, privilegiando algumas passagens ou determinado grupo, neste caso, a opção política efetuada pelo museu para representação desse grupo encontra-se no poder que o referido grupo possuía no momento de captação de referências históricas para a constituição do museu. O texto elaborado por Dotta reflete sua experiência como cidadão, advogado e descendente de italiano e retrata uma versão da história. A utilização de seu texto neste trabalho tem a intenção de trazer informações memorialistas sobre a convivência dos italianos envolvidos com a Sociedade italiana e os brasileiros que conservavam antipatia pela Sociedade e pelas atividades que eram desenvolvidas no local. Os acontecimentos refletidos na cidade a partir da Segunda Guerra tornaram possível o aparecimento de movimentos contrários que determinou o ataque ao prédio da Sociedade que representava a presença desses estrangeiros.

Além da sede no prédio da Sociedade Italiana, o museu-percurso de Salto apresenta dois núcleos externos: O Parque Usina das Lavras e o Parque Rocha Moutonné, acrescidos de mais dez pontos de referência para o percurso histórico e cultural da cidade.

Em detrimento do que foi dito sobre a exposição da sede do Museu da Cidade de Salto, podemos incluir os temas abordados pelos dois Núcleos Externos, que são: o Parque Usina das Lavras e o Parque Rocha Moutonné.

Núcleos Externos do Museu da Cidade de Salto

Parque Usina das Lavras.

O Parque foi constituído no entorno do antigo prédio da usina hidrelétrica denominada Lavras. O Parque permite a exploração da história da energia elétrica, dos aspectos da vegetação e fauna que compõe as margens do rio Tietê e, também, da ação humana destrutiva provinda da poluição do rio, acarretando graves prejuízos ao meio ambiente. Ao parque foram acrescentados vários outros atrativos: fonte, relógio de sol, praça, anfiteatro e quiosques.



FOTO 12: Parque Usina das Lavras.

A construção do prédio que abrigou a hidrelétrica marca o processo de modernização do Estado de São Paulo. É a segunda usina hidrelétrica do rio Tietê. Inaugurada em 1906 pela Cia Ituana de Força e Luz, primeiramente atingiu a cidade de Itu, sendo que Salto passou a contar com a energia elétrica produzida em Lavras a partir de 1907. Em 1929, na grande enchente do Tietê, as instalações foram bastante atingidas e ficou paralisada por quase uma década. Em 1956 foi considerada obsoleta e, em 1971, a Prefeitura de Salto adquiriu o terreno e as antigas instalações.

Parque Rocha Moutonnée

Parque criado para proteger a rocha com marcas da glaciação da Terra, ocorrida há 270 milhões de anos. A importância atribuída à rocha são as marcas que as geleiras deixaram em sua superfície quando se movimentavam carregando entulhos compostos de outras rochas que, quando em atrito com a rocha maior produziram ranhuras e trincas. São essas marcas que os geólogos consideram importantes para provar o deslocamento das geleiras gigantes de quilômetros de extensão e de espessura que cobria o Estado de São Paulo rumando de sudeste para o noroeste. Foi descoberta em Salto no ano de 1946 pelo geólogo Marger Gutmans do Instituto Agrônomo de Campinas. Seu tamanho desde a descoberta diminuiu graças à exploração pelos canteiros, profissionais que partem rochas e as comercializam. Para a criação do Parque Moutonnée, houve o envolvimento do paleontólogo Antonio Carlos Rocha Campos, da Universidade de São Paulo.



FOTO 13: Rocha Moutonnée.

Dez Pontos de Referência do Museu da Cidade de Salto

Os dez pontos de referência elegidos para representar a história da cidade, seguem os indícios de uma memória localizada, principalmente, nas primeiras décadas do século XX. São marcos que lembram os espaços de trabalho, de lazer e de religião. São espaços unicamente urbanos, sendo que, isso se explica pelo fato da cidade ter sido pensada como uma cidade predominante industrial.

01 – Ponte Pênsil, Rio Tietê, Hidrelétrica e o Mirante.

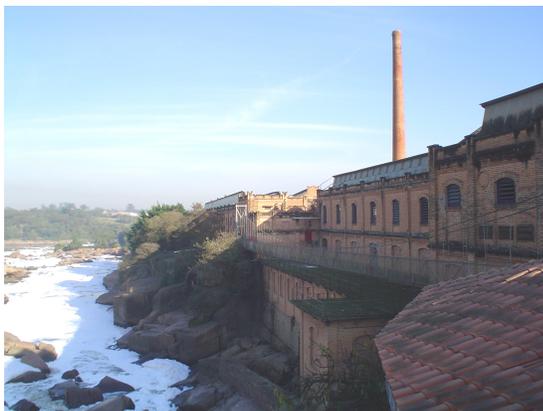


FOTO 14: Ponte Pênsil.



FOTO 15: Queda d'água do rio Tietê.

Em Salto o rio Tietê forma uma cachoeira que, inclusive, dá o nome à cidade. O rio Tietê, além de apresentar esse acidente geográfico, tornou-se importante para a cidade por possibilitar a instalação de muitas indústrias às suas margens que movimentavam as máquinas graças à captação da energia hidráulica. Existe, nesse ponto, outro marco importante que marca o relacionamento dos moradores com o rio Tietê, que é a Ponte Pênsil, construída em 1913, depois de um conflito dos moradores da cidade com a indústria que construiu um prédio na estrada que permitia a passagem a um ponto importante para a pescaria. Há ainda o mirante que possibilita visualizar a cachoeira de um ponto bastante privilegiado e, que por muito tempo, foi visitado por um número de turistas bastante superior ao que ocorre hoje em dia, sendo que a razão disso se dá devido ao volume de poluição do rio Tietê na atualidade.

02 – Brasital.



FOTO 16: Fábrica Brasital.



FOTO 17: Antigo prédio da Indústria Têxtil Brasital.

Indústria Têxtil Brasital funcionou no mesmo lugar da instalação da primeira indústria de tecidos da cidade e, ao longo dos anos, esse espaço foi sendo edificado à medida que se fazia necessário a ampliação da fábrica. Sua própria estrutura e arquitetura é um marco histórico para a visualização do passado industrial e operário da cidade que se apresenta desde o final do século XIX. Hoje em dia, o prédio foi vendido

para uma instituição de ensino superior, Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio que o utiliza como campus universitário.

03 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat, Urbanização e Fundação da Cidade.



FOTO 18: Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat.

Considerado o marco da fundação da cidade, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Monte Serrat está no terreno onde existiu a capela original erigida em 1698, pelo então proprietário da fazenda Cachoeira, o capitão Antonio Vieira Tavares, descendente de portugueses. A atual igreja, finalizada no ano de 1935, por construtores italianos, possui estilo românico, diferente da igreja original, construída em taipa de pilão, por mão-de-

obra dos escravos. As paredes de taipa foram destruídas para dar lugar a outro tipo de construção que utilizaria a técnica italiana. Foi ao redor da igreja que a cidade foi tomando forma e em seu entorno foi implantado um jardim público.

04 – Jardim Público – Concha Acústica.



FOTO 19: Concha Acústica.



FOTO 20: Comemoração popular no Jardim Público por ocasião do término da II Guerra Mundial.

Nesse ponto, ocorreram as maiores edificações da cidade, local entre a igreja e a queda d'água. Muitos desses prédios, onde funcionaram escolas e hotéis, não existem mais. No local, atualmente, há uma concha acústica, construída em 1963.

05 – Estação Ferroviária.

Esse trecho de estrada-de-ferro foi construído pela Cia. Ituana e inaugurada no dia 17 de abril de 1873, ligando a cidade à vizinha Itu. Esse pequeno trecho, de aproximadamente sete quilômetros, foi importante para o escoamento da produção industrial de Salto. A produção era embarcada com destino à Itu, depois Jundiaí e, nesse momento, poderia seguir à capital, ou ao porto de Santos, pelos trilhos da São Paulo Railway Company, mais tarde batizada de Estrada de ferro Santos – Jundiaí.



FOTO 21: Prédio da Antiga Estação Ferroviária de Salto.

06 – Escola Tancredo do Amaral.



FOTO 22: Escola Estadual Tancredo do Amaral.

Primeiramente denominado Grupo Escolar de Salto, foi inaugurado em 1914. Nessa escola foram reunidas em um só local, as oito escolas existentes na cidade na época e, em 1932, recebeu o nome de Escola Estadual de Primeiro Grau Tancredo do Amaral.

Tancredo Leite do Amaral Coutinho nasceu em São Paulo, em 1866, e com vinte anos ingressou como professor do Estado. Seu primeiro trabalho foi em Salto e tornou-se conhecido também pelo trabalho desenvolvido no jornal republicano Correio do Salto, 1888.

07 – Vila Operária Brasital e os Quintalões.



FOTO 23: Casa da Antiga Vila Operária.



FOTO 24: Maquete da Vila Operária.

A Vila Operária, localizada no centro da cidade, foi construída pela indústria Brasital para seus operários e família. Eram 244 casas, em quatro quadras. Nos fundos

de cada casa havia um portão que dava acesso a um grande terreno, denominado na época por Quintalão. No Quintalão existiam as vascas, ou tanques de lavar roupa, fornos para assar pães, espaço para varais, árvores e gramado para as brincadeiras de crianças.

08 – Clube de Regatas e Rio Jundiá.



FOTOS 25 e 26: Escorregador e Trampolim do Clube de Regatas Estudante Saltense.



FOTO 27: Nadadores do Clube de Regatas.

Em 1936 foi inaugurada na margem direita do rio Jundiáí, um clube com várias modalidades de esportes, inclusive os desenvolvidos na água, como natação, salto ornamental e canoagem. Em terra se praticavam o futebol de salão, vôlei e basquete. Muitos jovens da época venceram torneios intermunicipais e Salto possuía renome como cidade de bons esportistas.

09 – Monumento à Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat.



FOTO 28: Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat.

Erigido em 1980 em terreno relativamente afastado do centro da cidade, esse imagem é avistada nas estradas que dão acesso à Salto. Sua presença denuncia a forte tradição católica da cidade, tradição esta herdada dos primeiros colonos portugueses e, posteriormente, confirmada pela forte presença italiana. A altura do monumento possibilita a vista de grande parte da cidade e da zona rural.

10 – Praça XV de Novembro.



FOTO 29: Praça XV de Novembro.

No terreno onde hoje está a praça existia um cemitério, o primeiro oficial da cidade, os anteriores foram construídos em caráter emergencial durante as epidemias. Este cemitério foi desativado em 1950, quando não havia mais a possibilidade de aumentar sua capacidade. A praça é fundada em 1968.

Reflexões sobre o museu e a cidade

Os temas abordados na sede, nos Pontos de Referência e nos dois Núcleos Externos do museu foram constituídos a partir de informações, de moradores que, de

certa forma, participaram através de doação dos objetos e das imagens que representavam as lembranças relativas à lugares presentes na memória individual e supostamente na memória coletiva.

Lembranças individuais alimentam-se de diversas memórias, constituindo a memória coletiva, que gera o sentimento de pertinência e de identidade de um grupo. Esse entrelaçamento entre memórias acontece, sobretudo, através da linguagem comum entre os membros de um grupo, aproximados num mesmo espaço histórico e cultural. A memória coletiva é instrumento de poder, que determina o que deve ser lembrado ou esquecido. Outro aspecto da memória coletiva é a da relação com os lugares, que são referências importantes para a construção das relações nesses espaços (HALBWACHS, 1990).

A apresentação da memória coletiva centrada apenas no grupo composto por descendentes italianos acabou por afastar outros grupos da cidade. Tais lacunas existentes no museu foram previstas já na sua concepção, quando ao museu foi proposta sua ampliação com possíveis temas, além daqueles implantados de início. Um exemplo de lacuna na constituição do acervo do museu, foi a não inserção da memória relativa à cultura negra na cidade, sendo que, tal omissão não passou despercebida pelos visitantes que questionavam a ausência de uma importante referência da cidade e da história do Brasil. O museu ficou conhecido, sobretudo, por museu ligado às referências da cultura italiana e, para justificar ainda mais essa pré-denominação, a sede principal da exposição ficou concentrada no prédio da Sociedade Italiana, dessa forma, é compreensível o afastamento de outros grupos da cidade, cuja gênese não se liga à história da imigração italiana e do operariado saltense do início do século XX.

Chagas em sua obra, *“Há uma gota de sangue em cada museu”*, expõe a ótica museológica de Mário de Andrade e, anuncia que o museu é *uma arena, um espaço de conflito, campo de tradição e contradição*. Os museus estão *distantes de serem considerados um espaço neutro e apolítico da celebração da memória daqueles que prematura e temporariamente alardeiam os louros da vitória*.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, o Museu de Salto é a representação pontualmente voltada para a memória dos imigrantes e seus descendentes italianos, mas, isso não quer dizer que essa experiência morre por si própria. Essa experiência reflete as relações de poder existentes e que não estão totalmente escondidas e silenciadas.

Os silenciados da história de Salto ao não serem representados no museu da cidade deflagram ao olhar observador e crítico, questões para explicar essa lacuna. Salto, não é diferente de outras cidades, pelas suas casas e ruas vivem outras pessoas com histórias de vida bastante diferentes daquelas retratadas no museu. Esse silêncio que denuncia a ausência da pluralidade social transforma o museu de Salto em local cristalizador de uma memória.

A opção por elencar representações de descendentes de italianos fez com que os silêncios se tornassem mais perceptíveis a cada dia de funcionamento do museu. Essa deficiência na abrangência de representações e na falta de recriação do ambiente de exposição foi, contudo, um estímulo para a criação de um acervo documental que, embora não exposto aos olhos dos visitantes, se fez presente nos arquivos e prateleiras da biblioteca. O acervo arquivístico do museu experimentou a atração de novos elementos da cultura local inserindo fontes documentais que demonstrou a possibilidade de novas leituras da história da cidade. Os exemplos dessas fontes

documentais são sobretudo os jornais locais que, mesmo comprometidos com a semelhante versão que o museu apresenta, possibilita ao pesquisador realizar conjecturas e, a partir dessas informações, estabelecer outros contatos com a cidade. Através de instrumentos de pesquisas temáticas, uma série de outras possibilidades de pesquisas fizeram-se possíveis.

Os *Registros de Estrangeiros*, citados neste trabalho, possuem uma série de informações que denunciam a presença de representantes de vários outros países que se fizeram presentes no período de industrialização da cidade, sem que fossem mencionados na estruturação do museu e nos outros lugares públicos.

Outro fundo do museu denominado *Óbitos* está composto por exemplares de documentos emitidos pelo serviço de saúde pública da cidade, nas décadas de 1930 à 1950, que, diga-se de passagem, são alguns dos papéis sobreviventes do incêndio que destruiu a documentação pública de Salto, em 1992, e que permitem levantamentos variados sobre as causas de mortes ocorridas na cidade nesse período. Nesses documentos encontramos, além das causas da morte, a idade, o sexo, origem, enfim, muitos elementos que podem nos guiar para respostas sobre as condições dos serviços destinados à saúde da cidade.

O Fundo Anselmo Duarte constituído por documentos acumulados pelo ator e diretor de cinema, premiado com a Palma de Ouro, em Cannes (França - 1962), como melhor diretor com o filme *O Pagador de Promessas*, também compõe o arquivo do Museu. Essa documentação espelha as conquistas do artista e está sob a guarda do museu desde a sua instalação, em 1991.

A coleção de negativos, com aproximadamente duas mil imagens, é constantemente solicitada por estudantes e por pesquisadores acadêmicos. Essas

imagens foram reproduzidas a partir de coleções provenientes de fábricas, comércios, instituições públicas e de antigos moradores.

Outras fontes documentais estão em processo de organização, contudo, com possibilidade de serem consultadas, o que acontece com o Fundo Henrique Castellari, personagem que figura na história local como italiano e maestro da banda, no entanto, o contato com a documentação produzida por ele revela-o pesquisador e compositor de músicas carregadas de sons originalmente brasileiros, extraídos de instrumentos rudimentares confeccionados em madeira.

Outra massa documental em fase de organização são as fotografias produzidas pela assessoria de imprensa da prefeitura de Salto, embora, com olhar oficial sobre os eventos registrados trazem elementos importantes das transformações da paisagem urbana e de personagens do poder local.

O potencial de fontes para a pesquisa história da cidade de Salto extrapolam aquelas que visualmente são privilegiadas, no entanto, outros elementos estão aguardando uma política cultural que direcione investimentos e, com isso, a ampliação das representações será possível.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E MUSEU

A origem dos Museus

A origem da palavra Museu encontra-se na Grécia antiga, *museion*, ou casa das musas, local destinado ao estudo da filosofia.

As musas, filhas de Zeus com Mnemosine (divindade da memória), eram donas da memória, imaginação e presciência. O museion, lugar privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo criativo, liberto de problemas e aflições cotidianas, poderia dedicar às artes e às ciências. As obras de arte expostas no museion existiam mais em função de agradar as divindades do que serem contempladas pelo homem. (SUANO, 1986)

Foi no Egito, século II (a.C.), em Alexandria, que a preocupação com o *museion* adquiriu características de armazenamento e coleções de coisas variadas, sobre temas ligados a religião, mitologia, astronomia, filosofia, medicina, zoologia, obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras, minérios trazidos de terras distantes, biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico, dicionários de mitos, um sumário de pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico. (SUANO, 1986)

Os museus, ou gabinetes de curiosidades, proliferaram nos séculos XVI, XVII e XVIII em decorrência da abundância de objetos que chegavam à Europa proveniente das descobertas do Novo Mundo. As coleções somavam, em Paris,

setecentos e vinte e três, outros países como a Itália, Alemanha, Dinamarca e Inglaterra possuíam importantes coleções.

A classificação dos inúmeros objetos, como por exemplo, crocodilos, tatus, cocares de penas, múmias egípcias, porcelana chinesa, medalhas, moedas e conchas, aconteceram de forma inédita, já que não havia até então modelos a seguir.

O Museu de Worm, século XVII, em Copenhagem, por exemplo, possuía quatro livros de classificação, onde, a separação dos objetos era feita não pela procedência e época e sim, a partir de sua constituição material. A coleção de Manfredo Settala, século XVII, de Milão, utilizou o mesmo método de Worm. Aldrovandi, de Bolonha, possuía sessenta e seis arcas, subdivididas em sete mil compartimentos e um índice de dois volumes. Evelyn, França, classificou as vinte mil moedas segundo suas datas e, teve seu livro de classificação publicado, inclusive em inglês. Oisel dividiu as moedas em dez classes: imperadores, províncias, deuses, guerras, virtudes, jogos, apoteoses, prédios públicos, sacerdotes e diversos.

A partir de então, a palavra Museu está relacionada à idéia de coleções, de compilações sobre determinados assuntos. Na modernidade, as modificações em relação ao conhecimento e ao ideário de classificação desses conhecimentos, asseguraram nova importância aos museus, tidos então como gabinetes de curiosidades.

Segundo BURKE (2003), os museus de então, têm como principais questões não somente o armazenamento de objetos que podem causar curiosidade ao visitante, mas também enfrentam como as bibliotecas e os currículos da época, problemas quanto ao

ordenamento dos objetos e modos de classificá-los, representando outras possibilidades do conhecimento sobre o mundo e os vestígios materiais com os quais podíamos percebê-lo.

No que tange ainda às transformações históricas que os museus enfrentam, identificamos, no final do século XX, que novas propostas da museologia (que então já se constituíra como um saber específico sobre esses espaços de memória social), trazem à tona, questões que sempre foram postas de lado ou tocadas de forma bastante superficial pelos estudiosos do patrimônio ou organizadores de museus: uma História que contemplasse a memória ligada ao universo de homens e mulheres comuns com suas múltiplas experiências e representações. A memória histórica, nesse caso, mais especificamente a memória coletiva construída com elementos comuns a um grupo que dividem, sobretudo, os lugares comuns de vivências e linguagem, que os fazem próximos com a utilização de símbolos comuns.

Novos conceitos da Museologia foram elaborados, como a expressão “Nova Museologia”, que foi resultado de uma mesa-redonda organizada pelo International Council of Museums- ICOM⁵, em Santiago no Chile, no ano de 1972. A proposta do movimento que surge neste instante denominado “Nova Museologia” toca nas seguintes questões:

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico. Para atingir este objetivo e

⁵ Os princípios sobre a museologia contemporânea podem ser encontrados na REVISTA MUSEU. Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia (1984). <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>.

integrar as populações na sua ação, a museologia utiliza-se cada vez mais de interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da ação cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários. Ao mesmo tempo em que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro. Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca. Neste sentido, este movimento, que deseja manifestar-se de uma forma global, tem preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica. Este movimento utiliza, entre outros, todos os recursos da museologia (coleta, conservação, investigação científica, restituição, difusão, criação), que transforma em instrumentos adaptados a cada meio e projetos específicos. (ICOM, Santiago do Chile, 1972).

Podemos dizer que a proposta do Museu da Cidade de Salto corresponde às perspectivas dessa “Nova Museologia”, uma vez que, a preocupação do seu projeto original buscava uma valorização daquilo que se entendia como uma memória coletiva local, ainda que permitisse a manifestação de um grupo específico, unidos pela descendência italiana, a partir da doação direta do material que compõe a exposição permanente. Dessa forma, coube à população local ligada a esse grupo o papel de doar o material, mas a definição do que seria catalogado e exposto como objeto museológico desse acervo, foi da competência dos profissionais qualificados, contratados para montar o museu. Tratou-se, portanto, do trabalho de curadoria daquilo que estaria em exposição.

A criação do Museu da Cidade de Salto, deu-se num momento favorecido pela preocupação generalizada com a preservação do patrimônio histórico e o crescimento

quantitativo sobre o tema. Essa preocupação mundial que se voltou para a História mais próxima do cidadão teve grande repercussão a partir das últimas três décadas do século XX. Segundo LAVILLE (2005), em artigo no qual questiona as relações entre memória e história voltadas para o ensino, é necessário compreender a revitalização dos debates sobre memória, diante dos acontecimentos contemporâneos. Para ele, certos acontecimentos de ordem geopolítica são cruciais para uma aproximação entre o cidadão comum e seu papel histórico dentro das perspectivas históricas.

A crise econômica dos anos 70 em marcha ao progresso foi interrompida: a queda do muro de Berlim e a globalização crêem que grandes projetos políticos chegaram ao fim (...). A história volta a ser este túnel onde o homem penetra na obscuridade, sem saber onde suas ações o levarão. (...) é como se o presente, tornando um período mais importante, pedisse para ser justificado, valorizado e preservado tal qual o passado. (...) Trata-se de reencontrar e solidificar no passado os fundamentos do presente, presente que se nutre mais das memórias do passado do que de esperança no futuro. A Erosão das grandes narrativas foi um fator de libertação das memórias históricas, anteriormente destinadas a se inscrever em esquemas pré-construídos (...). A deterioração das grandes narrativas, nacionais e, sobretudo ideológicas, estimula a multiplicação das histórias particulares que não sentem a necessidade de serem compatíveis entre si. (...). A Globalização e Comunicação levam igualmente a multiplicação de memórias particulares. (...) Toda evolução do mundo contemporâneo, seu esfacelamento, sua mundialização, seu aceleração e sua democratização – tende criar ainda mais memórias coletivas, a multiplicar os grupos sociais que se tornam autônomos pela preservação ou recuperação dos seus próprios passados a compensar o desenraizamento histórico do social e a angústia do futuro pela valorização de um passado que até então não foi vivido como tal. (p. 73).

Em consonância com essas afirmações, percebemos que a nova museologia está também se pautando pelas discussões realizadas pela historiografia, que problematizava o tradicional, o grandioso, o elitista, o nacional. Uma perspectiva metodológica de ampliação dos conteúdos históricos a fazerem parte do elenco daquilo que se deve estudar e problematizar em relação ao passado, está diretamente

interligado ao movimento da “História Nova”, que trouxe à tona questões marginais acerca do conteúdo da história que se restringia aos aspectos econômicos e políticos, permitindo, assim, o olhar sobre o objeto de estudo pelo viés cultural.

(...) As questões que estão sendo colocadas pelos ‘novos historiadores’ (...): a natureza do poder, da autoridade e da liderança carismática; a relação entre as instituições políticas e os padrões sociais e sistemas de valores subjacentes; as atitudes frente à juventude, à velhice, à doença e a morte; o sexo, o casamento e o concubinato; o nascimento, a contracepção e o aborto; o trabalho, o lazer e o consumo conspícuo; a relação entre a religião, a ciência e a magia como modelos explicativos da realidade; a força e a direção das emoções do amor, medo, luxúria e ódio; o impacto de alfabetização e da educação sobre a vida das pessoas e o modo de encarar o mundo; a importância relativa atribuídas a diferentes grupos sociais, como família, o parentesco, a comunidade, a nação, a classe e a raça; a força e o significado do ritual, do símbolo e do costume como formas de dar coesão a uma comunidade; as abordagens morais e filosóficas do crime e do castigo; padrões de submissão e surtos de igualitarismo; os conflitos estruturais entre classes ou grupos sociais; os meios, possibilidades e limitações da modalidade social; a natureza e o significado do protesto popular e das esperanças milenaristas; as alterações no equilíbrio ecológico entre o homem e a natureza; as causas e efeitos da doença. São todas as questões na atualidade, e dizem respeito às massas, mais do que às elites. Tem maior ‘relação’ com nossas próprias vidas do que os feitos de reis, presidentes e generais mortos.(STONE, 1991: 27).

A Nova História voltou-se aos desprivilegiados da história - a mulher, o negro, o homossexual, a criança, etc. – para suprir lacunas que antes a história não considerava. Com isso, muitos outros elementos foram utilizados para explicar os fenômenos sociais aumentando os pontos de observação. Em relação à Nova Museologia, percebe-se a presença da Nova História como inspiradora de sua renovação, também no que diz respeito às premissas sobre memória coletiva, os apagamentos e os esquecimentos que as grandes narrativas continham.

Dentro do movimento da Nova História, a representação, no que se refere à validação do saber histórico, permite identificar no museu de Salto as representações

latentes da memória coletiva de certo grupo, construídas pelos moradores em questão. Essa questão encontra em Chartier o significado dessa representação como *“instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstruí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é”*. (CHARTIER, 1985).

As representações da memória do grupo de italianos e trabalhadores fabris aplicada no museu de Salto, alicerçam o trabalho da primeira exposição do museu. O projeto inicial previa a alternância dos conteúdos da exposição que gravitava em torno da temática central que aborda a cidade de Salto como cidade industrial, sendo que tal alternância não se efetivou devido à ausência de recursos materiais e humanos que se sobrepuseram ao projeto inicial, dessa forma, a primeira montagem de representações fez-se em caráter permanente.

Relações entre Museu e Educação

A educação ligada à instituição museu é pensada já no antigo Egito, no século II a.C., no Museu de Alexandria, “que objetivava reunir todos os objetos que testemunhassem a ciência, a arte e o saber conhecidos a fim de ensiná-los” (BARRETO, 1992).

Segundo Barreto, é na segunda metade do século XX que os museus assumem a proposta educativa que se torna mais evidente com a criação dos ecomuseus (França e Inglaterra) e dita a definição de museus modernos por George-Henri Rivieri (primeiro diretor do ICOM – Conselho Internacional de Museus), instituição a serviço da sociedade que adquire, conserva, comunica e expõe com a finalidade de aumentar o saber, salvaguardar e desenvolver o patrimônio, a educação e a cultura, bens representativos da natureza e do homem.

A idéia de educação, ao longo da segunda metade do século XX, passa a abranger novos conceitos em que já se compreende que a experiência educacional, que deve ser integradora e lançar o sujeito do processo num universo de relações múltiplas, se torna representativa de um aparato que serve de mediador entre sociedade, indivíduos, técnica, representações culturais e todos os níveis de consciência coletiva. Aquilo que importava apenas como vinculador de idéias em campos restritos e limitados de forma material e subjetiva, passa a se importar com uma expansão de formas e conteúdos no sentido de tornar o evento institucional da educação uma experiência que conduza seus componentes por uma via de acesso que realize a conexão entre experiência e prática no que tange ao processo de re-significação de valores e conteúdos. Aquele espaço restrito e restritivo da sala de aula passa a não significar mais um templo de “sabedoria” imaculado e tem seus limites ampliados com o objetivo de possibilitar a efetivação real de uma totalização humana.

No que tange às relações que se estabelece com o ensino da disciplina de História, o museu histórico não possibilita apenas formas de contatar materialmente objetos, cujos significados estão remetidos a um tempo pretérito, mas também possibilitar a reelaboração subjetiva e material desse passado com vistas a uma recuperação abrangente de uma imagem que fluindo no tempo, cria as conexões entre passado, presente e futuro, elaborando novas opções de interpretação de sentidos atribuídos aos acontecimentos.

As possibilidades que o museu histórico oferece ao ensino, não apenas ao ensino da História, mas de qualquer outra disciplina que se proponha a buscar informações, podem auxiliar no entendimento dos conteúdos propostos pela instituição escolar. A idéia do museu-percurso, que traz em seu elenco de opções de visitas e

estudos, áreas naturais como parques de interesses geológicos, florestais, além do histórico, estabelece uma ponte que serve de trânsito entre várias disciplinas e áreas do saber. Aqui se tem, com certeza, uma ampliação de perspectivas da utilização sob o aspecto educativo desse museu-percurso. Tal utilização se efetiva não apenas para os jovens estudantes da cidade, mas também para estudantes de toda a região e mesmo de locais mais distantes. A disciplina de História se torna um veículo condutor não apenas do próprio ato de elaborar os sentidos dos fatos do passado, mas também amplia, dessa forma, uma análise do presente a partir desses parques que colocam discussões como a de conservação dos órgãos públicos e também questões ligadas ao meio ambiente, cujos debates são atuais e formadores de perspectivas para o futuro. Quanto à efetivação ou não de um projeto realmente educativo e que se preste aos papéis mencionados acima é o que problematizaremos no item que se segue desse capítulo.

A Experiência Educacional do Museu da Cidade de Salto

No caso do Museu de Salto, como já mencionado, as representações da cidade através de objetos e outros documentos, encontravam-se em poder dos moradores e suas famílias, nos arquivos das fábricas, nas fotografias guardadas nas gavetas das residências. O cotidiano da cidade e dos moradores foi reproduzido, como no caso das imagens, e transportados do universo doméstico para o universo do museu. Os objetos, imagens e documentos textuais adquiriram o status de material museológico. Ao constituírem um acervo, esse material deixou de ser exclusivamente de propriedade particular e tornou-se público. Ao tornar-se público, a história do cotidiano integrou-se

com a história já estabelecida através dos memorialistas que expunham uma única visão da história local.

O Museu de Salto abriu para cada visitante o seu próprio entendimento do espaço urbano. Cada visitante tinha, portanto, um interesse próprio, ou por haver no espaço representantes bem próximos da sua vida pessoal, ou por identificarem, através da exposição, os lugares já conhecidos da cidade, ou, ainda, por não terem eles nenhuma representação nesse lugar de memória.

Essa aproximação com o museu e a versão histórica que dele é extraída, remete ao direito à memória, muito difundido a partir dos anos de 1970, mas que não trata dessa questão *“somente (...) como lembranças românticas e do conforto do passado, mas refere-se também à necessidade de procurar e selecionar, no passado, elementos que reforcem esses sujeitos”* (Martins, 2006).

As demarcações dos lugares estabelecidos da versão histórica do museu de Salto estão expostas no organograma abaixo.

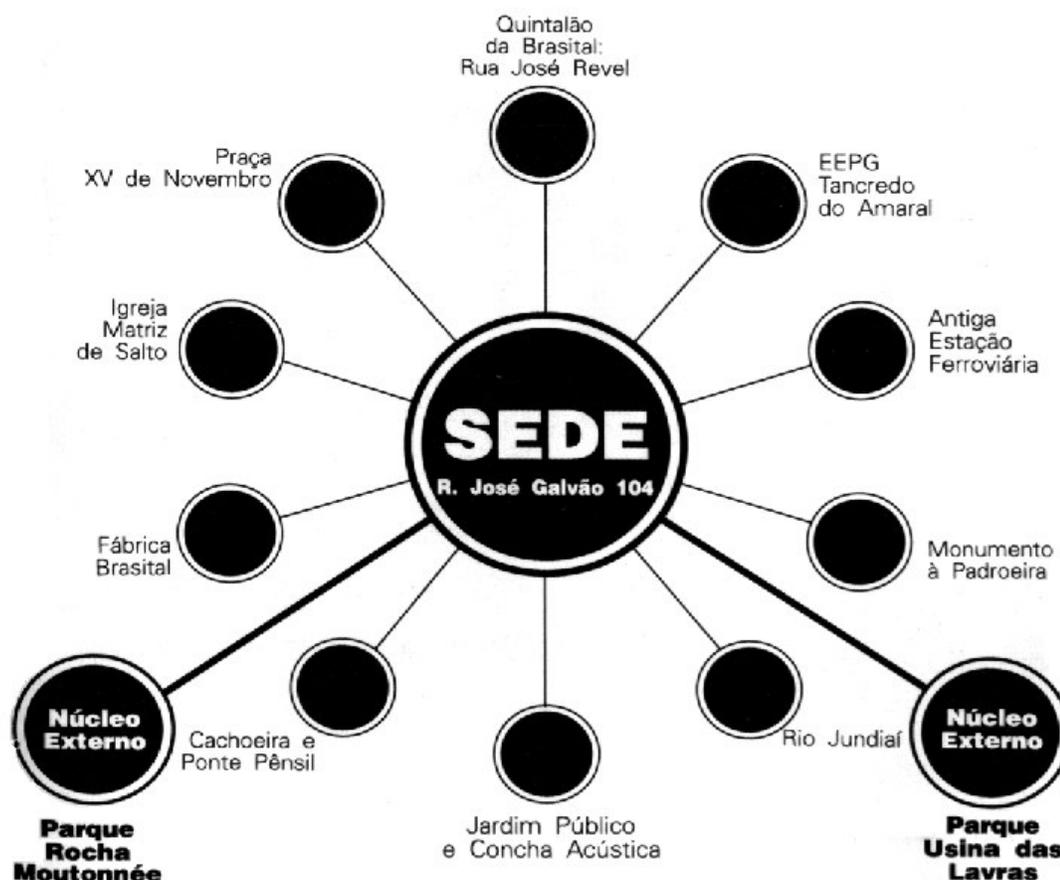


FOTO 30: Organograma do Museu-Percurso ressaltando sua Sede, seus Pontos de Referências e Núcleos Externos.

A forma inicial para se tratar o tema educação no Museu da Cidade de Salto, além da própria exposição, que segue um caminho estabelecido para explorar certas facetas da história local, foi o uso de *folders* (Museu dos Núcleos Externos). Neles o caminho para se conhecer Salto era feito através de pequenos textos e imagens. Nos Pontos de Referência do Museu, o uso de painéis que seguiam essa mesma idéia, situava o observador no espaço e no tempo. A possibilidade do observador de identificar os espaços e fazer suas conjecturas, era uma novidade para os moradores locais e, mesmo para os mais antigos moradores que já possuíam referências na memória pessoal, era um mecanismo de acionar as lembranças do passado. Para o

observador sem referências da cidade era, portanto, um recurso para criar suas formas particulares de entender a história de Salto.

Outra forma de educação encontrada, de início, para o Museu, foi a utilização de textos sobre todos os temas abordados pelo museu-percurso, que quando solicitado, era enviado pelo correio. A divulgação desses textos permitiu, principalmente, às escolas locais e da região, preparar seus alunos antecipadamente à visita e, dessa forma, possibilitar a inserção desse estudante aos temas abordados auxiliados pela interferência do professor que os preparava anteriormente.

Na sede do Museu, onde se iniciava a visitação, havia a exibição de slides com imagens antigas e recentes dos Pontos de Referência e dos Núcleos Externos. A visita completa – Sede, Pontos de Referência e Núcleos Externos – inseriam os visitantes no contato interdisciplinar: as particularidades dessa história da cidade, a história da industrialização, a história da imigração, a história da eletricidade e a história do rio Tietê que se pautava na reflexão acerca da utilização tecnológica através da energia hidráulica e depois da energia elétrica e, mais recentemente, as condições das águas dos rios Tietê e Jundiaí, devido à poluição.

Essa forma de ação educativa não sobreviveu por muito tempo, pois foi eliminada, quando os painéis ruíam com a ação do tempo e do vandalismo e com a falta de manutenção dos mesmos. As escolas foram desestimuladas à visitação, pois além da falta de manutenção dos suportes de informação, havia também o problema da violência que se instaurou, principalmente nos Núcleos Externos, resultado da falta de policiamento.

Nos últimos anos o Museu constituiu-se apenas na sua sede, sendo que os outros locais foram esquecidos e são utilizados para recreação precária. Isso é um claro

indicativo da própria falência institucional não apenas de um projeto educativo do museu de Salto, mas também de sua própria constituição enquanto museu e de uma provável ampliação temática enquanto um museu-percurso. As próprias políticas públicas ligadas aos aparatos educacionais e de cultura da sociedade – discussão essa que se fará mais efetivamente no capítulo 3 dessa dissertação – não cumprem com seus papéis institucionais no sentido de efetuarem a plena manutenção e solidificação desse projeto museológico. As problemáticas ligadas à conservação de espaços públicos como uma perspectiva democrática e o debate que envolve as questões ligadas ao meio ambiente, tão claramente pontuados em Salto pela presença deliberada de poluentes nos rios Tietê e Jundiáí, vão gradativamente saindo da ordem do dia, uma vez que o próprio poder público, não se empenhava no sentido da preservação e conservação dos núcleos externos e dos pontos de referência do museu-percurso que poderiam propor à população local e aos jovens estudantes, uma reflexão sobre tais questões. O dito percurso entrava em deterioração sem as mínimas providências de conservação dos mesmos por parte do poder municipal. Ainda que possamos elencar tais discussões como possíveis dentro desta proposta museológica e das características presentes em Salto, a própria organização material e educacional do museu revela uma certa tendência mais idealizada em relação à apresentação desses aspectos e espaços do museu-percurso. Isso se faz nítido na própria constituição textual dos *folders* que faz uma apresentação bastante evasiva e elogiosa da história local e das questões evocadas pelos núcleos externos. Deve-se ressaltar que um desses *folders*, especificamente o que se refere ao Parque Moutonnée, escrito pelo geólogo Rocha Campos, da Universidade de São Paulo, cumpre em seu texto um papel crítico no que se refere às condições das águas desses rios e mesmo à conservação da

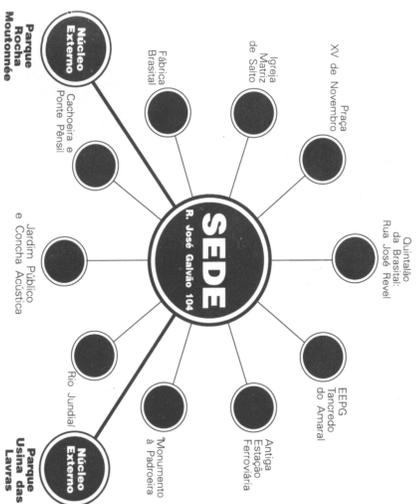
rocha de importância geológica que dá nome ao parque, servindo, portanto, em nosso ponto de vista, como elemento informativo importante e válido dentro de um aparato educativo que deve propor uma visão crítica dos aspectos que devem ser postos em debate. No entanto, no geral em todos os *folders* produzidos, a história dos italianos e das fábricas é apresentada como a história oficial da cidade e elencada pela comunidade saltense e não como apenas um aspecto de tal história e que se dirige à apenas certo grupo da sociedade.

Na seqüência apresentamos uma reprodução desses *folders*:

Museu da Cidade de Salto

O Museu da Cidade é um caminho para se conhecer Salto.

Apresenta uma **Sede**, no edifício da antiga Sociedade Italiana, **Núcleos Externos** (o Parque Usina das Lavras e o Parque Rocha Moutonné) e vários **Pontos de Referência** (a fábrica de tecidos, o escoregador do antigo Clube de Regatas, a Ponte Pensil, a Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat, a escola Tancredi do Amaral, o Monumento à Padroeira, o prédio da antiga estação ferroviária, as casas da Vila Operária e a queda d'água do rio Tietê). Através dessa estrutura, que se espalha fisicamente por toda a cidade, passado e presente articulados vão se revelando ao visitante e ao próprio saltense. É um **Museu-Percurso** que evidencia e valoriza a cidade industrial, sua história e o ambiente natural no qual ela se implantou.



Salto d'Água

O rio Tietê que atravessa todo o Estado, possui vários saltos de água. Um deles, localizado em Salto-SP, era conhecida por "Ytu-Guassu", termo tupi que significa Cachoeira Grande.

Após a fundação da cidade de Salto, a cachoeira e o pequeno povoado passaram a ser conhecidos como "Salto de Ytu". Em 1917, o nome foi simplificado e a cidade passou a ter a denominação atual - Salto.

A presença da cachoeira, além de estar relacionada à origem do nome da cidade, foi também responsável pela construção das duas primeiras fábricas de tecidos de algodão. Naquela época, a cidade não possuía energia elétrica, mas a cachoeira oferecia um grande volume de água que pôde ser utilizado na movimentação de máquinas, como os teares, utilizados na produção de tecidos.

Informações Gerais sobre a Cidade

Área: 168 Km²
 Localização: 521 m de altitude; 23°13' de latitude Sul e 47°17' de longitude oeste do meridiano de Greenwich.
 Relevo: Planalto pouco inclinado, em zona de afloramentos de granito limitados às formações sedimentares da era glacial.
 Distância da capital: 77 Km em linha reta.
 Limites de município: Elias Fausto, Indaialuba e Iju.
 População: 90 mil habitantes.
 Data de inauguração do Museu: 13 de Dezembro de 1991



Prefeitura Municipal de Salto
 Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo
 MUSEU DA CIDADE DE SALTO
 Rua José Galvão 104 • CEP 13320 • Salto • SP

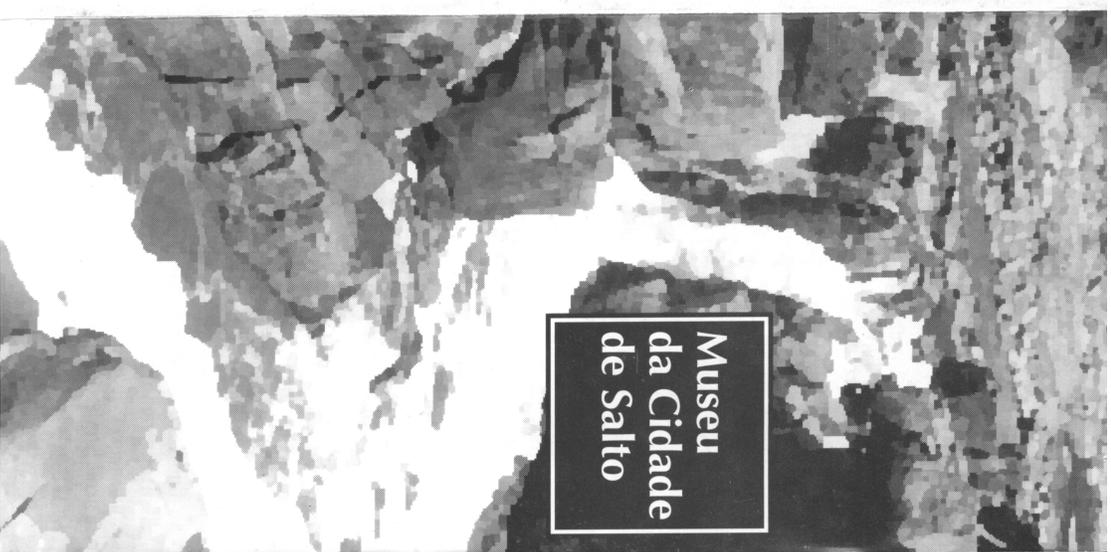


Foto 31: Folder Museu da Cidade de Salto

A Cidade do trabalho no Museu

No Museu da Cidade de Salto, especialmente em sua exposição central (sede), a cidade se abre aos saltenses e visitantes em sua característica fundamental, de cidade do trabalho.

O acervo está constituído por objetos doados por famílias, comerciantes, instituições e empresas, segundo sua própria escolha. O conjunto dessas peças expressa aquilo que a comunidade saltense considera significativo para sua história.

Objetos, reproduções fotográficas e textos são elementos expostos na sede do museu da cidade, de maneira que cada um se relaciona a um determinado momento da História local, procurando abranger todo o processo histórico, até os dias de hoje. O Museu será renovado continuamente, a partir do acréscimo de novos e significativos elementos às exposições.

O visitante do Museu da Cidade de Salto pode encontrar expostos tanto um grande tear industrial, utilizado numa das fábricas de tecido locais, como uma banca de carpinteiro com todas as suas ferramentas ou instrumentos manuais para arrolhar garrafas. Outros aspectos culturais surgem em objetos como um imenso "Bonecão da Barra", personagem tradicional nos desfiles camavalescos da cidade.

Além disso, está presente a diversidade da população e de seus locais de origem. Essa presença aparece nas atividades de trabalho, seja nas fábricas ou no comércio. A exposição central fundamenta-se na estreita relação entre a emergência da cidade e suas fábricas.

Um caminho para se conhecer Salto



I.
SEDE.
Rua José Garvão 104



II.
Nícleo Externo:
Parque
Rocha Montomné



III.
Nícleo Externo:
Parque
Usina das Lavras



1. Igreja Matriz de Salto



3. Cacoeira e Ponte Parisil



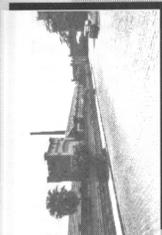
5. Rto Jundiaí



7. Monumento à Padroeira



8. EEPG Tancredo de Amaral



2. Fábrica Brasil



4. Jardim Público e Concha Acústica



6. Antiga Estação Ferroviária



10. Praça XV de Novembro (Quintalão)

9. Vila Operária Brasileira (Quintalão) : Rua José Revel

PARQUE ROCHA MOUTONNÉE

Área total: 43.338 m2 com completa infra-estrutura: lago natural, onze quiosques, bancos, mesas, caminhos, escadas, bebedouros, sanitários, playground, amplo estacionamento para veículos, zeladoria, cestos para lixo, arborização planejada, serviço de segurança permanente e caixa d'água com capacidade de 15 mil litros.

Localização: Município de Salto/SP (a 100 km de São Paulo), na rodovia Municipal que liga as rodovias da Convenção (SP-79) e do Açúcar (SP-308).

Tombamento: Em 23 de abril de 1990 pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Inauguração: Em 16 de fevereiro de 1991.

Características: Primeiro Parque Ecológico e Geo-Histórico do Continente.

Objetivos: - Preservar o monumento geológico Rocha Moutonnée, testemunha da glaciação ocorrida há 270 milhões de anos.

- Conscientizar a sociedade e autoridades constituidas da urgente necessidade de despoluir e devolver a vida ao rio Tietê, que corta o Estado de São Paulo e outrora serviu de caminho aos Bandeirantes, na época que desbravavam o sertão, contribuindo para a formação de inúmeras cidades e responsável pela industrialização.

- Preservar espécies vegetais que compõem a mata ciliar bem como outras em extinção.

- Auxiliar no estudo histórico, científico e geológico da cidade e da região.

- Preservar a fauna.

- Turismo, Cultura e Lazer

CONHEÇA MELHOR A HISTÓRIA DA CIDADE DE SALTO

Visite também estes pontos turísticos:

Ponte Pênsil

Usina das Lavras

Teatro Municipal "Giuseppe Verdi"

Fachada do Prédio da Brasital

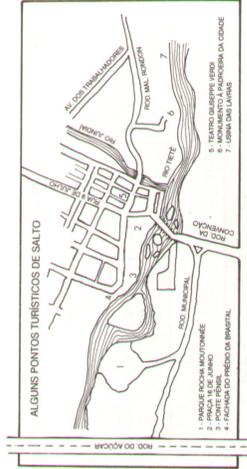
Praça 16 de Junho

(Queda D'água, Ilha dos Amores, Concha Acústica)

Monumento à Padroeira da Cidade

(Nossa Senhora do Monte Serrat)

Cada um destes locais revela um pouco de sua história e desenvolvimento, preservados para perpetuarem a memória de seu brilhante passado, construído pelo esforço e trabalho de sua gente.



Prefeitura Municipal de Salto

Secretaria da Cultura e Turismo

Informações: Fone (011)483.4333 - Telex 1179630

UM PARQUE DA IDADE DA PEDRA NA ERA DA INFORMÁTICA



Parque Rocha Moutonnée

SALTO/SP

Foto 33: Folder Parque Rocha Moutonnée

MOUJONNÉE: A ROCHA GLACIAL

A Rocha Moutonnée é um granito róseo de idade estimada cientificamente em 500 milhões de anos. Cientistas e pesquisadores estudam-na desde sua descoberta em 1946, pelo geólogo Marger Guimans do Instituto Agrônomico de Campinas.

O nome *moutonnée* é internacionalmente atribuído à rocha que possui formato arredondado, lembrando um carneiro deitado, (*mouton*, no francês, significa carneiro; *moutonnée*: acarneirado).

Na superfície da Rocha Moutonnée são encontradas estrias e arranhaduras produzidas durante a glaciação, pela movimentação das geleiras que com dezenas de quilômetros de extensão e espessura arrastava e triturava todo o material que representasse obstáculo ao seu deslocamento. Conforme teorizam os cientistas, neste período uma imensa massa de gelo cobria todo o atual leste do Estado de São Paulo, deslocando-se de sudeste para noroeste.

O Paleontólogo Antonio Carlos Rocha Campos, do Instituto de Geologia da



As estrias e arranhaduras ainda são visíveis, apesar da exploração ter reduzido à Rocha Moutonnée a um quinto de seu volume original.

Universidade de São Paulo (USP), que acompanhou o trabalho de construção do parque, afirma que a importância da Rocha Moutonnée não se deve a sua idade (500 milhões de anos) mas ao fato de possuir as marcas visíveis da glaciação da era paleozóica (270 milhões de anos).

Por desconhecimento de seu potencial científico, a Rocha Moutonnée, em Salto/SP, foi parcialmente destruída em trabalhos de cantaria (pedras preparadas para uso em construções), reduzida a um quinto de seu volume original. No entanto, as arranhaduras e estrias ainda são visíveis em sua superfície, comprovando este

fenômeno da natureza, não perdendo seu valor geo-histórico.

Além deste exemplar há um único no mundo com características semelhantes localizado na Austrália, que recebe o nome de Glacier Rock.

Eles contribuíram de forma decisiva para a reconstrução da geografia do passado, sendo provas concretas de que um dia, aproximadamente há 300 milhões de anos, a América do Sul, a África, a Austrália, a



Vista parcial do Parque Rocha Moutonnée, localizado em Salto/SP.

Antártida e a Índia formavam um único continente: o Gondwana.

Capac: detalhe de uma fratura de fricção provocada pelas geleiras na Rocha Moutonnée, durante a glaciação (em forma de meia lua).

Observe abaixo a Régua Cronológica dos principais acontecimentos geo-históricos do planeta:

Era Pré-Cambriana		Era Paleozóica		Era Mesozóica		Era Cenozoica	
Entre 5.000 e 4.600	Entre 4.000 e 3.000	Entre 1.000 e 600	500	225	65	65	
Origem da Terra	Primeiros Seres Vivos *	Metazodórios Invertebrados	Intrusão do granito de Salto (formação)	Glaciação em Salto: Estrias (Rocha Moutonnée)	Formação do Rio Tietê	Escala em milhões de anos	
		Peixes, Anfíbios e Répteis				Principais acontecimentos (aparecimentos) na História da Terra	
				Dinossauros, Aves e Mamíferos		Homem (último milhão de anos)	
						Acontecimentos da História Geológica de Salto/SP	

Natureza, História e Lazer

Parte abandonada da cidade durante décadas, Lavras marcou gerações de salteiros que ali buscavam “aventuras” entre o rio, a mata e as ruínas da usina.

Essa área, até pouco tempo sujeita a queimadas e outras formas de degradação ambiental, ressurge agora revitalizada, na implantação desse parque. Com cerca de 140.000 m², ele compõe um dos núcleos do Museu da Cidade, devolvendo a Salto um pouco mais de sua memória histórica e paisagística. Na concepção contemporânea de lazer e meio ambiente, o Parque das Lavras mantém boa parte de suas características naturais, com melhorias implantadas para tornar mais confortável a visitação: trilhas entre a mata, cercas de proteção,

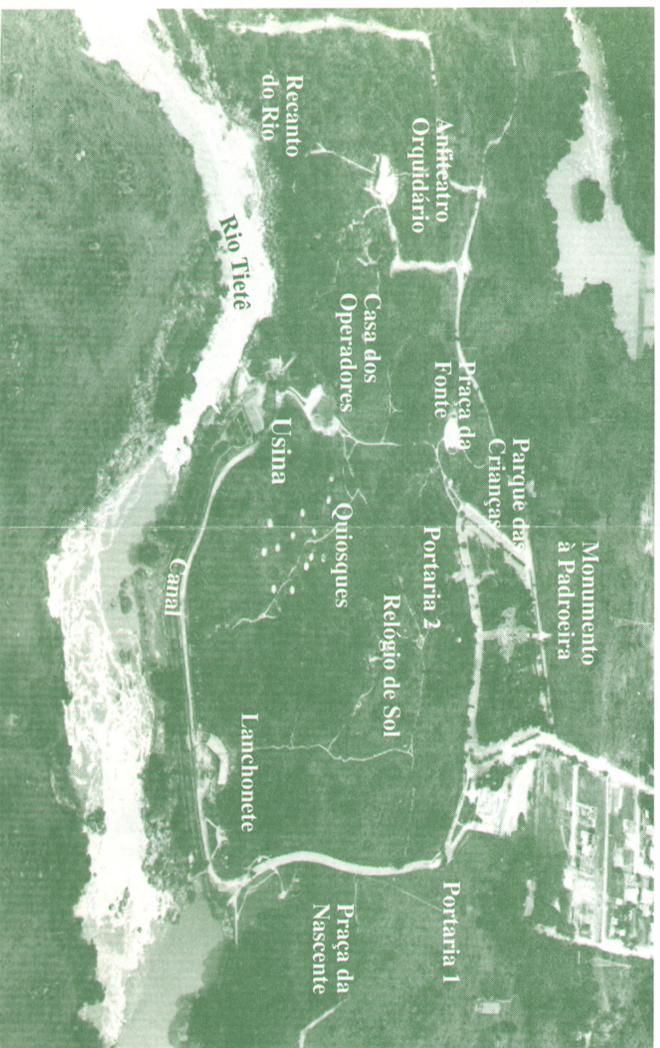
lanchonete, sanitários, bebedouros, brinquedos infantis, praças, mirantes, anfiteatro, orquidário e quiosques.

Dentro dele, uma área que já foi local de pescarias da região permanece reservada para que o visitante tenha uma referência da mata não modificada.

Cada ponto do Parque das Lavras provocará diferentes sensações ao visitante.

Sensações agradáveis na observação das peculiaridades da paisagem local, na recomposição e desenvolvimento da mata vitimada por uma queimada, no encontro de pequenos animais que agora voltam a viver por lá, ou nas cores de uma orquídea. Outras sensações, com a visão do lixo que o rio traz...

Tudo isso torna o Parque um local muito especial. Exemplo de uma área em plena recuperação, graças a essa mudança de posturas em relação ao meio ambiente. A despoluição do Tietê será o fim do ciclo, que se inicia agora.



Usina das Lavras: Um breve histórico



Usina das Lavras na década de 20. Arquivo D. P. H. Elienopaulo

Lavras foi a segunda usina hidrelétrica construída no leito do rio Tietê. A primeira havia sido inaugurada em 1909, na cidade de Santana do Parnaíba.

Inserida no processo de modernização do Estado de São Paulo, Lavras oferece uma “leitura” da época em que foi construída. A racionalidade e a simplicidade determinaram a utilização do granito rosa, abundante na região, e nortearam a distribuição dos espaços. Apesar dessa estética não intencional, o resultado foi um belo conjunto.

Inaugurada em 1906 pela Cia. Juana de Força e Luz, a Usina das Lavras atendia, num primeiro momento, a cidade de Itu e alguns pontos da zona rural. Um ano e meio mais tarde, era a vez de Salto usufruir da eletricidade gerada por ela. Em 1929, Lavras foi vitimada por uma grande inundação e ficou paralisada por sete anos devido aos detritos causados nos equipamentos. Quando voltou a operar, funcionou como unidade complementar da Usina de Porto Góes durante vinte anos.

Obsoleta, foi colocada à venda em 1956. Nenhum negócio foi concluído e Lavras foi deixada em abandono. Em 1971, a Prefeitura Municipal de Salto adquiriu a propriedade onde fica a usina e agora, cerca de vinte anos depois, toda a área revitaliza-se através da implantação do Parque das Lavras, que inclui o conjunto de edificações da usina, recuperado e com destinação cultural, além da extensa área verde, dedicada ao lazer e à educação ambiental.

FOTO 36: Folder Parque das Lavras

Além da confecção de *folders*, outras iniciativas se propuseram a elaborar formas de ação educativa do museu frente à sociedade. No ano de 2000, ocasião da comemoração dos 500 anos de Brasil, as instituições educacionais e culturais do país moveram-se no sentido de marcar e refletir de alguma forma essa data. Em Salto, o museu associou-se ao Instituto de Estudos Vale do Tietê, com a finalidade de demonstrar a contribuição histórica da região para a formação social, política e territorial do Brasil, dessa forma, criou-se um projeto direcionado à professores, sobretudo do ensino fundamental e médio, nas áreas de História e Geografia, já que os temas seriam direcionados em primeira instância a essas disciplinas.

Além dos professores da área de História e Geografia, interessados de todas as áreas fizeram suas inscrições, o que demonstrou a carência ao acesso dos professores aos assuntos relacionados à própria cidade e região. Outro ponto importante para chamar a atenção dos professores foi o reconhecimento do curso pela Diretoria de Ensino Estadual.

Além de professores o curso foi procurado também por profissionais da área de turismo, devido ao fato de na região, naquele ano, estar sendo implantados cursos de graduação em Turismo em várias instituições de ensino superior.

Dessa experiência surgiu a publicação com o mesmo nome do curso, *Panorama Histórico – Geográfico do Vale Médio Tietê: 500 anos de Brasil*, e composta por textos elaborados a partir do temas expostos nas aulas, cuja organização deu-se da seguinte forma:

- Salvador Carpi Júnior – Geógrafo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP e membro do INEVAT.

Tema: A Geografia Regional – Hidrografia e Geomorfologia. Estudo sobre o Vale do Médio Tietê sob os aspectos históricos e geográficos – ocupação do território, patrimônio natural e arquitetônico de grande valor científico.

- João Baptista Mattos Pacheco Neto – Engenheiro Agrônomo e membro da ASTUR (Associação de Turismo Rural), sediada em Itu.

Tema: A Chácara do Rosário. Descrição da casa da Chácara do Rosário, um exemplar arquitetônico bandeirantista, localizada no município de Itu, mas muito próxima ao município de Salto e, tombada pelo IPHAN.

- Roberto Machado Carvalho – Historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Tema: Povoamento da Região de Itu: Índios, Colonizadores e Jesuítas. A História da Itu e região, da presença indígena, dos jesuítas e dos bandeirantes.

- Valderéz Antonio da Silva – Historiador Coordenador de projetos interdisciplinares do Colégio Prudente de Moraes e Colégio Terras São José.

Tema: As monções e o Vale do Médio Tietê: Comentários para um Enfoque Didático. O fenômeno das monções, da cidade de Porto Feliz a Cuiabá e a historiografia a cerca do tema.

- José Roberto do Amaral Lapa – Historiador do Departamento de História da UNICAMP.

Tema: O Interior de São Paulo. Desenvolvimento e urbanização do Estado de São Paulo – Economia, Sociedade e Cidades.

- Claudete de Sousa – Historiadora e Professora do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio

Tema: Trabalho Escravo na Região do Médio Tietê. O universo econômico advindo do trabalho escravo nas cidades da região de Salto.

- Luís Roberto de Francisco – Historiador e Diretor da Secretaria Municipal de Cultura de Itu.

Tema: Indústria de Tecelagem e Operariado em Itu (1869 – 1930). A industrialização e operariado na cidade de Itu.

- Waldir José de Quadros – Economista do Instituto de Economia da UNICAMP

Tema: Organização Operária em Salto. A região na contemporaneidade; economia e sociedade.

- Anicleide Zequini – Historiadora do Museu Republicano Convenção de Itu/Museu Paulista/USP.

Tema: A industrialização em Salto: as primeiras indústrias, o operariado e a transformação urbana. O processo de instalação das primeiras indústrias na cidade no início do século XX

- Ismar Ferrari – Engenheiro Civil e membro do INEVAT

Tema: Recursos Hídricos Regional: Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. A hidrografia do Médio Tietê: economia e meio ambiente.

Quanto à iniciativa do curso oferecido aos professores, podemos considerá-la como algo de grande importância e validade, já que até aquele momento nada se tinha proposto no sentido de capacitar professores das redes públicas e particulares em relação aos aspectos históricos e geográficos de Salto e da região do Vale Médio do Tietê. Tal iniciativa solidificou, de certa forma, a instituição do Museu da Cidade de Salto, como preocupado não apenas com a formação dos estudantes de nível fundamental e médio, mas também com a formação dos educadores que deveriam ativamente desenvolver tais temáticas em sala de aula com seus alunos. Tal experiência do museu de Salto pode ser considerada como bem sucedida se a medirmos pela frequência dos participantes que mantiveram-se presentes no curso do início ao fim e também pela publicação resultante dos temas desenvolvidos, cuja tiragem esgotou-se rapidamente e continuou sendo procurada após o término dos trabalhos. Embora se tratando de uma via útil dentro de um projeto educativo de capacitação de professores, o poder público deu o trabalho por encerrado não manifestando nenhum interesse em continuá-lo em outras frentes e mesmo elaborar outras propostas dentro dessa linha de produção educacional via museu da cidade. De modo que o desamparo político-institucional não permitiu a continuidade de uma iniciativa que poderia trazer ainda outros contributos para a formação educativa local. Este projeto acaba distanciando-se de uma política da memória que seleciona a história de um grupo para servir como a memória coletiva da cidade, já que a temática

abordada se fazia de forma mais abrangente e abria um leque de apreensões maiores sobre a história da cidade e da região.

No entanto, refletindo o todo do projeto educativo do Museu da Cidade de Salto, podemos afirmar que este prestou-se basicamente a uma leitura da história da cidade que privilegiou o grupo formado por operários e descendentes dos imigrantes italianos. Para a constituição do acervo utilizou-se uma campanha de arrecadação entre os moradores que eram integrantes desse grupo; para alojar o museu foi escolhido o prédio da Sociedade Italiana, representação arquitetônica da presença desses imigrantes; definiu-se que o perfil histórico da cidade era o industrial, já que a maioria dos imigrantes e seus descendentes trabalharam nas fábricas da cidade dentro desse período e, através desse eixo, congregaram-se outros temas. Os recursos utilizados para marcar essa leitura histórica pertenceram à paisagem urbana por cerca de quatro anos, através de painéis instalados nos locais estabelecidos como de importância histórica. Os *folders* comunicaram-se divulgando a cidade industrial e italiana. As visitas monitoradas também foram igualmente utilizadas para inserir o museu nos currículos escolares.

Numa observação particular, entendo que o Museu foi, durante muito tempo, um representante da nova museologia no Brasil, agradando-me a forma como ele foi constituído, com a participação da população, ainda que tal participação tenha se dado de forma bastante limitada e que privilegiava certa história de certo grupo. As *representações* da cultura material provenientes da memória italiana da cidade, dessa forma, foi um entrave para o cumprimento das atribuições que, no meu ponto de vista, deveria estabelecer-se, como por exemplo, a reformulação constante das exposições,

para que dessa forma, pudesse permitir que o museu fornecesse elementos representativos de outros grupos locais.

Debati-me durante muitos anos para tornar o museu esse local dinâmico e aberto, no entanto, deparei-me com um árduo trabalho, fadado a ausência de sucesso. Interpretei, durante esses anos que me liguei à gestão desse museu, o não cumprimento de minhas intenções como falta de amparo público e legal para prestigiar e dinamizar a estrutura museológica que há alguns anos estava instalada na cidade e dialogando com a história local. Também num sentido de autocrítica, busquei ampliar minha qualificação profissional, daí, a incessante busca de conhecimento que me conduziu primeiro à especialização em arquivos e depois ao mestrado que, de início, deveria ser voltado para os estudos de métodos a serem aplicados nas monitorias oferecidas pelo museu.

Essa dissertação prestou-se a muitas outras coisas além das exigidas pela academia, sendo que foi uma espécie de elaboração de conclusões de tudo aquilo que eu havia vivido e experimentado até ali. Escrever, pesquisar, chegar a conclusões, ouvir opiniões contraditórias a respeito do que acreditei enquanto parâmetros museológicos durante anos, não foi nada fácil e ainda não o é.

Por que a população e as instituições escolares não reclamaram a manutenção do museu? O museu foi concebido de forma moderna para a museologia e, no entanto, a mesma comunidade que o construiu não interferiu quando suas instalações começaram a ruir? A interferência da população para salvaguardar o patrimônio histórico das cidades em que vivem é uma realidade, por que será então que na cidade de Salto tal fenômeno não aconteceu? A forma de constituição do Museu, como foi feita, seria uma forma frágil, sem sustentação? Seria o Museu representante de uma

história sem importância? Como sobreviveria uma parceria com instituições educacionais locais e de outras regiões sem a perspectiva da atuação do poder público e da sociedade civil?

As manifestações que deveriam exigir a manutenção do museu de Salto não aconteceram, talvez pela falta de movimentação do ambiente de exposições que se cristalizou sob um aspecto da história local. Embora o museu de Salto tenha sido criado dentro dos preceitos da nova museologia e ter se tornado mensageiro de uma nova concepção museológica, contudo, seu papel democrático empregado pelo por esse movimento que tenta elaborar nova dinâmica aos museus, não abrangeu um campo ampliado, estabelecendo-se na história urbana, fabril e italiana, enfim, por não ser mensageiro de outros grupos esses mesmos não se fizeram preocupados com a sua derrocada. Não existe fragilidade na construção física desse museu, a fragilidade encontra-se na unicidade da mensagem que, obviamente, possui importância histórica, contudo, sem ramificações com outros grupos e seu cotidiano, suas vivências, suas memória e seus problemas.

CAPÍTULO III

POLÍTICA CULTURAL E O MUSEU DA CIDADE DE SALTO

Comentário Inicial

Como embasamento inicial à discussão deste capítulo, apresentamos de forma sucinta um estudo de alguns momentos da história brasileira, em que a política cultural havia sido alvo de preocupações por parte de estudiosos e gestores políticos e optamos por descrever aqueles que consideramos mais significativos em termos de resultados ou propostas de mudança. Inicialmente a discussão se pauta nas observações e experiências desenvolvidas por Paulo Duarte e em seguida por Mário de Andrade, na primeira metade do século XX. Em outro instante passamos para o projeto de Marilena Chauí na gestão de cultura do município de São Paulo e depois para a proposta atual do Ministério da Cultura nos itens que se referem às políticas destinadas aos Museus, tentando dessa forma trazer a discussão à luz dos instantes atuais da política brasileira. A partir de tais exemplos acerca de definições e contextualizações acerca de políticas culturais, lançamo-nos em comparações feitas a partir dos aspectos de políticas culturais que geraram o Museu da Cidade de Salto. Os exemplos não são todos contemporâneos ao museu de Salto, no entanto, serviram como parâmetro para compreender a realidade política da cidade e situar a política para museus. Não se trata, portanto, de um estudo aprofundado sobre o assunto, trata-se, de uma experiência pessoal de dez anos de trabalho no museu de Salto. Quando cito Paulo Duarte e Mário de Andrade é para pensar a política cultural voltada para os museus num passado não tão distante e justamente por isso deveria ser um assunto com alguma atualidade entre os profissionais que atuam na área cultural. Quando efetuo a

passagem para a Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo e o projeto de Marilena Chauí, nesse instante como Secretária de Cultura, vejo parâmetros que poderiam ter servido de base para possíveis análises e inovações que trariam subsídios para se pensar a própria política cultural do município de Salto, ressaltando-se, obviamente, que o projeto político desenvolvido nessa gestão do governo da cidade de São Paulo, poderia não ser condizente em termos políticos e partidários com aquilo que se pretendia dentro do universo das políticas culturais em Salto, no entanto, a validade e a maturidade do trabalho que se desenvolvia na cidade de São Paulo nesse instante, muito poderia ter sugerido e acrescentado às políticas públicas direcionadas à cultura em Salto, mais especificamente ao projeto museológico e ter mesmo conduzido tais políticas públicas para uma adaptação ao novo momento da história do Brasil, após a abertura política.

Outro momento da política cultural voltada para os museus é o projeto voltado para a área museológica do Programa do Ministério da Cultura do atual governo federal, que define uma política cultural para museus que se volta a uma solidificação da qualidade técnica e também cidadã dentro de uma proposta que em si muito apresenta de conteúdos democráticos. No entanto, ressaltamos que não é o objetivo deste trabalho avaliar a aplicabilidade de tal programa e seus resultados, sendo que tais propostas funcionam aqui como um parâmetro para se pensar a realidade da política cultural do município de Salto voltada para a gestão do museu da cidade, tentando, dessa forma, trazer ao âmbito da discussão comparações em relação às políticas culturais federais e, portanto, trazer o debate para aquilo que se tem de mais atual em termos de propostas e projetos no instante em que este trabalho está sendo confeccionado. A política cultural de Salto, sobretudo, a voltada para a preservação das

memórias coletivas não está evidenciada em documentos públicos, seja por uma falta de organização dessas esferas públicas, seja pelas próprias opções políticas que são efetuadas, não estando, portanto, clara quanto aos seus objetivos e que acaba por exibir uma deficiência na transparência das políticas e das gestões culturais que aqui são o alvo da análise.

Aspectos Históricos sobre Política Cultural Brasileira

Na década de 1920, alguns intelectuais brasileiros mobilizaram-se a favor da preservação do patrimônio cultural, criando uma consciência preservacionista. No âmbito museológico foram criados o Museu Mariano Procópio (MG – 1921); Museu Histórico Nacional (RJ – 1922); Casa de Rui Barbosa (RJ – 1923); Museu Republicano de Itu (SP – 1923) e o Museu do Estado (PE – 1929).

A interferência do Estado, na década de 1930, interessada na constituição de uma identidade nacional, na organização, controle a participação do Estado nas atividades culturais promoveu a organização do curso de Museus, a elevação de Ouro Preto a monumento nacional, a criação do serviço de inspeção dos monumentos nacionais, a criação do SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) e a instituição dos tombamentos. (CHAGAS, 2006).

Dentro das perspectivas do movimento modernista brasileiro que se dá a partir da década de 20 do século XX, Paulo Duarte e Mário de Andrade, elaboraram as diretrizes do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, entre os anos de 1936 e 1938, tendo como diretor o escritor e estudioso da cultura brasileira, Mário de Andrade. Nesta época, Paulo Duarte exercia o cargo de advogado e consultor jurídico municipal

que se estende até o ano de 1937, quando se instalou o Estado Novo simbolizando a ditadura de Getúlio Vargas.

Paulo Duarte dedica-se à cultura, mais precisamente na cidade de São Paulo, sendo que sua militância político-administrativa no campo da cultura, nas décadas de 1920 e 1930, soma participações em alguns eventos pontuais na história cultural brasileira, como, incentivador da Semana de Arte Moderna de 1922; a criação do Arquivo do Estado; a criação do Conselho Bibliotecário; diretor do Museu Paulista; criação da Universidade de São Paulo (1933 – 1934); criação do Instituto de Pré-História e do Instituto Paulista de Oceanografia.

Paulo Duarte e Mário de Andrade estruturaram o Departamento de Cultura de São Paulo em cinco partes: expansão cultural; bibliotecas; educação e recreio; documentação histórica e social e turismo e divertimentos públicos. A divisão “expansão cultural” além de disponibilizar um grande número de discos ao público, registrou a música erudita paulista e o folclore musical do Brasil e também, o museu da palavra, que manteve registro de expressões faladas populares e eruditas do Brasil. O Departamento promoveu expedições folclóricas; expedições pedagógicas, e de artes; concertos gratuitos no Teatro Municipal e em bairros operários. (Chagas, 2006).

Para a museologia, o Departamento de Cultura planejou, mas não colocou em prática, o museu de reprodução. Esse tipo de museu “*era alguma coisa absolutamente nova para a época. Com ele pretendia-se colocar ao nível das populações a produção artística consagrada pela civilização ocidental*” (CHAGAS, 2006). A reprodução de produções artísticas, segundo essa idéia dos museus populares, desencadearia o poder de comunicação de forma bastante dilatada.

Com a instalação do Estado Novo, Paulo Duarte é preso e os projetos do Departamento de Cultura foram abandonados. Mário de Andrade transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro e apoiou o então ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (governo de Getúlio Vargas de 1934 a 1945), na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Mário de Andrade apresentou um anteprojeto à Capanema como uma estrutura revolucionária para a inserção de Museus que representariam oito categorias do patrimônio artístico nacional (arqueológica, ameríndia, erudita estrangeira, plásticas e aplicadas estrangeiras), sendo conceitualmente a arte entendida por Mário de Andrade como “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”. A proposta para a criação de quatro museus para todo o território brasileiro é em comparação aos projetos museológicos do Departamento de Cultura de São Paulo (museus populares e de reprodução), de “conclusão apressada e equivocada”. As idéias museológicas de Mário de Andrade foram rechaçadas e suas “propostas museológicas estavam politicamente solitárias, sem o respaldo de uma força ou de um segmento social politicamente organizado em nível nacional, sem condições concretas e apropriadas para a materialização”. (CHAGAS, 2006).

As propostas de Mário de Andrade para a cultura eram preocupadas em registrar as manifestações artísticas originalmente brasileiras em várias frentes, como por exemplo, os sons produzidos pela civilização indígena, registrando e disponibilizando para estudos o produto dessa pesquisa. Em linhas diferentes de preservação da memória, Mário de Andrade valorizou também a arquitetura, sobretudo, a arquitetura colonial, de técnica de construção em taipa. Em outras frentes, com olhos no presente e

no futuro, Mário de Andrade criou bibliotecas e discotecas abertas às consultas públicas.

Após a década de 1930 o Brasil vivenciou dois períodos de ditadura, a Era Vargas (1937 – 1945) e o do período militar (1964 – 1985), em que as políticas culturais foram elaboradas e controladas por órgãos oficiais que ditavam de forma não democrática as vias que o universo cultural e educacional deveria seguir, sendo que a censura desempenhou um fundamental papel no controle de tais políticas culturais.

Atualidades sobre Projetos de Políticas Culturais e o caso do Museu de Salto

Entre os anos de 1989 e 1992, a Prefeitura da cidade de São Paulo foi governada por Luisa Erundina com a Secretaria de Cultura a cargo da Marilena Chauí, que comandou as transformações que distanciava a cultura do foco elitista para aproximá-la da população mais carente.

O governo popular tinha, inicialmente, mudanças a aplicar em suas secretarias. O primeiro dizia a respeito do funcionalismo público que deveria mudar a mentalidade para se considerarem cidadãos a serviço de outros cidadãos, mudando assim, a velha mentalidade do funcionário público. *“Em outras palavras, tratava-se de quebrar o poderio democrático, fundado na hierarquia, no segredo do cargo e na rotina, isto é, em práticas antidemocráticas, uma vez que a democracia funda-se na igualdade (contra a hierarquia), no direito à informação (contra o segredo) e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias (contra a rotina)”* (CHAUÍ, 1995). A outra mudança definia políticas públicas para as Secretarias, estimulando as camadas populares à participação política.

A Secretaria Municipal de Cultura teve como diretriz principal o projeto Cidadania Cultural. Esse projeto possuía o desafio de enfrentar três poderosos mecanismos que determinam as operações, funcionamento e reproduções do imaginário social e político no Brasil: o mecanismo mitológico, o ideológico e o político. O *mitológico*, a auto-imagem do povo brasileiro é o da não-violência. Nesse contexto, é considerado aquele que pratica a violência como não sendo brasileiro, daí então, a exclusão. A *distinção*, “distingue-se o essencial e o acidental, isto é, por essência, os brasileiros não são violentos e, portanto, é acidental, um acontecimento efêmero, passageiro, uma epidemia ou um surto localizado na superfície de um tempo e de um espaço definido, superável e que deixa intacta nossa essência não-violenta.” (CHAUI, 1995). O *jurídico*, que identifica a violência à delinqüência e a criminalidade, enfocando o ataque à propriedade privada. Esse mecanismo identifica quem são os agentes violentos e legitima outra ação, violenta, da polícia. O *sociológico* atribui aos movimentos migratórios, os fenômenos da anomia, onde a sociedade perde-se da sua antiga formação. A *inversão do real*, “*graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, idéias e valores violentos como se fossem não-violentos, por exemplo, o machismo, colocado como proteção natural à fragilidade feminina; o paternalismo branco como proteção à natural inferioridade dos negros; a repressão ao homossexual como proteção aos valores da família e a destruição do meio ambiente, vista como sinal de progresso. Dessa maneira, a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras, por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não-violência. A sociedade brasileira conserva traços da sociedade escravocrata, muito hierarquizada, em que as relações sociais são realizadas entre um superior que manda e um inferior que obedece. O autoritarismo*

está interiorizado nos corações e nas mentes. A ideologia autoritária, que naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política” (CHAUI, 1995).

O governo popular procurava através da implantação do projeto cidadania cultural: direito de acesso gratuito aos serviços públicos (bibliotecas, arquivos históricos, escolas de arte, cursos, oficinas, seminários, espetáculos, exposições, publicações), enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática; direito à criação cultural, entendendo cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento, como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais os indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais; direito a reconhecer-se como sujeito cultural, através da ampliação do sentido da cultura, com a criação de espaços ligados aos movimentos sociais e populares; direito às decisões públicas sobre cultura através de conselhos. A política cultural da cidade de São Paulo dirigiu seus esforços para as camadas da população mais carente com interesse de participá-la da vida política.

A política cultural de Marilena Chauí tentou operar várias mudanças de mentalidade entre os funcionários da secretaria de cultura, para possibilitar a nova política que tinha como meta principal a inserção do cidadão no processo de produção cultural. Chauí localiza na história brasileira elementos que contribuem para a formação cultural do país e, através da política cultural, sugere mudanças no trabalho da secretaria de cultura, para possibilitar mudanças sociais norteadas para as camadas

mais populares e, com isso, incitar a participação dessas camadas no universo da cultura, participação que pretendia a prática da cidadania.

A realidade da política cultural voltada ao Museu da Cidade de Salto resvala em problemas graves se comparados às propostas atuais previstas pelo Ministério da Cultura instalado no atual governo federal, que traça perspectivas de atuação para os museus nacionais. A proposta do Ministério indica meios organizacionais e perspectivas para os museus preservarem o patrimônio previsto na pluralidade social e relacionarem-se com a sociedade civil. Vejamos algumas dessas propostas:

Quanto ao cidadão:

- Compreensão da História como construção e reconstrução: a história como possibilidade, e não como determinação;

- Reconhecimento e respeito à identidade cultural e à diversidade;

- Prática da cidadania;

- Melhoria da auto-estima;

- Desenvolvimento de atitudes preservacionistas: relacionamento ético com o meio;

- Participação dos cidadãos-beneficiários, contribuindo para a inclusão social;

Relação dos museus com outras políticas públicas:

- Contribuição para a melhoria da qualidade do ensino, no País;

- Ampliação do potencial turístico dos Estados e Municípios;

- Contribuição para o desenvolvimento local e regional e para a geração de empregos;

- Ampliação das opções de lazer das comunidades;

- Contribuir, por meio do processo museológico, para gerar um processo de preservação do patrimônio global, visando ao desenvolvimento humano sustentável.

Sob o aspecto de recursos humanos:

- Promover a formação de profissionais que potencializem suas instituições como agentes de desenvolvimento regional;

- Domínio de técnicas e procedimentos a serem aplicados em museus e projetos museológicos;

- Desenvolver e aplicar tecnologias, na Área da Museologia, observando-se as necessidades regionais;

- Propor, à esfera competente, a formulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os profissionais que atuam nos museus;

- Oferecer cursos de monitoria em museus, para jovens que estejam cursando o ensino médio;

Quanto à formação de profissionais:

- Promover a realização de cursos de capacitação para voluntários dos museus, com a participação de pessoas, de diferentes faixas etárias, das comunidades onde os museus estão inseridos;

- Construir mecanismos transparentes de ação e informação do setor cultural;

- Desenvolvimento das ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não somente as coleções;

- Ação de comunicação dos técnicos e dos grupos sociais, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social.⁶

⁶ In: <http://www.cultura.gov.br/politicas/museus/index.php?p=1351&more=1&c=1&pb=1>

Essas ações que fazem parte das propostas para a museologia feitas pelo governo federal, servem aqui não com o intuito de venerá-las enquanto salvadoras das políticas culturais no país, mesmo porque, esse enfoque não é o cerne da discussão desse trabalho, mas para servirem ao propósito de fundamentar uma discussão em termos daquilo que o poder municipal em Salto efetivou ou negligenciou em termos de políticas públicas para a manutenção e (re)elaboração do projeto do Museu da Cidade de Salto.

Se tomarmos como exemplo a expressão “O Museu de Salto é um caminho para se conhecer Salto”, descrita nos *folders* criados para divulgar o museu, o enfoque, neste caso, direciona a história para uma única leitura, limitando, pelo menos de imediato, as possibilidades de outra leiturização sobre a cidade.

O entendimento histórico da cidade pode ser construído de várias formas que são determinadas a partir do interesse do observador que, através do olhar, capta o que lhe interessa. Ao determinar caminhos a serem percorridos e elencar um grupo como representante máximo da memória da cidade, o exercício de construir e reconstruir significado, tão peculiar ao exercício da história, é prejudicado, tornando aquilo que seria uma atividade criativa em uma atividade encerrada na determinação das informações prontas.

Cada grupo social possui sua identidade cultural que é por onde seus membros se reconhecem. Essa identidade pode ser identificada, sobretudo, através da linguagem construída com particularidades próprias de expressão. Além da linguagem outras características podem identificar os indivíduos formadores de um grupo, como por exemplo, utensílios de uso doméstico, manifestações artísticas, roupas, elaboração de bebidas e comidas. O conhecimento da cultura de um grupo e suas manifestações

possibilita a esses grupos a valorização de sua identidade entre os próprios membros do grupo e para outros.

Quando um grupo social apenas é reconhecido em um território como sendo o único representante desse território, outros grupos ficam à margem e serão prejudicados pela falta de informação e valorização de suas manifestações e muito de sua cultura se perde causando um prejuízo ao grupo menosprezado. No caso da cidade de Salto, onde o Museu privilegia a memória italiana e urbana, outros grupos que estão esquecidos sofrem prejuízos culturais que, se não forem valorizados serão com o passar dos anos esquecidos. Em Salto, outros grupos sociais habitam o município, como por exemplo, os negros, os migrantes, os nativos da própria cidade, mas que não são ligados genealogicamente aos italianos.

A prática da cidadania engloba uma série de procedimentos que podem ser desde os deveres fiscais decorrentes dos impostos prediais e do exercício da profissão aos pagamentos de taxas às manifestações culturais. Quando um cidadão não se vê nas manifestações culturais valorizadas pelo poder público do território em que vive a tendência desse indivíduo é esquecer a cultura por ele apreendida durante a sua vida. Dessa forma as perdas culturais existentes num município, por exemplo, conduzem à falta da prática da cidadania. No caso de Salto, manifestações artísticas provenientes de bairros populares não são incentivadas, por outro lado, as manifestações como o balé e a música clássica possuem locais definidos para as apresentações e ensaios. Não há também na cidade locais onde a cultura material provenientes das várias outras manifestações culturais possam ser catalogadas e estudadas, sendo que por esses entraves concluímos que a prática da cidadania não se dá de forma satisfatória.

A prática da cidadania através das culturas, pode-se dizer que está ligada, dentre outras coisas, à melhoria da auto-estima dos indivíduos, fato compreensível, já que ao serem valorizados através de sua cultura, isso é refletido dentro de sua vida pessoal. Além do que, participar de atividades culturais acarreta o bem estar físico e psíquico. As práticas de atividades culturais estão localizadas em muitos locais, como associações, clubes e escolas, ou, em famílias que possuem dentre os seus membros praticantes de manifestações culturais, como por exemplo, Folias de Reis e outros. Nesse aspecto também, podemos concluir que o museu de Salto não permite a integração dessas outras manifestações.

As políticas públicas culturais quando vinculadas com as questões da cidadania contribuem para a inclusão social, levando em conta o reconhecimento do cidadão como construtor de sua história, integrado ao reconhecimento das diversidades de identidades culturais, vai ao encontro das necessidades do meio ambiente, necessidades essas que definem a inclusão social como forma para o desenvolvimento das condições de vida da sociedade. Para a inclusão social é necessário reconhecer no meio as deficiências que provocam o afastamento do cidadão das suas necessidades, devendo-se projetar interferências para transformar o universo em questão.

Na área da cultura, a inclusão pode ser entendida como a possibilidade de cidadãos nunca antes visualizados como participantes da produção cultural, ser integrados em ações de instituições fomentadoras de arte e história. No caso dos museus, a inclusão social se dá através de ações educativas e culturais como formas de ação para grupos como moradores de rua, pacientes de hospitais psiquiátricos, etc.

A prática da cidadania envolve principalmente atitudes éticas com relação à preservação dos bens culturais, sendo que os bens culturais podem ser classificados

como tangíveis e não tangíveis, ou seja, os tangíveis são as expressões materiais, os intangíveis são expressões que se manifestam através de ensinamentos transportados através do tempo pela oralidade, como por exemplo, temos as canções, as explicações míticas, a religiosidade, a culinária, mesinhas, dentre outras. As atitudes preservacionistas, adquiridas através do desenvolvimento dos valores mútuos, torna-se um meio de permanência de aspectos culturais advindos das manifestações da diversidade cultural. Preservar os bens culturais é, portanto, assegurar o direito à cidadania.

A responsabilidade das instituições museais na preservação das manifestações culturais depende de técnicas de preservação que serão bem sucedidas se desempenhadas por profissionais qualificados e assistidos por órgãos responsáveis pela transmissão e manutenção desse saber.

A função de um museu não se estanca no recolhimento dos materiais fruto da ação do homem, esses materiais devem ser introduzidos em um programa de ações de prevenção para manter a integridade física do objeto e ações de restauração quando esse objeto apresenta problemas na sua estrutura, como por exemplo, a infestação de cupins. Trata-se de procedimentos técnicos específicos e caros, que podem se tornar mais custosos se não forem aplicados ao objeto o tratamento adequado, nesse caso é que o trabalho especializado é importante para evitar recorrências que prejudicam o objeto e também o desperdício de verbas.

Tais atitudes quando bem administradas colaboram com outros segmentos administrados pelo setor público, como por exemplo, a educação, turismo e geração de empregos. A educação não está apenas entre as paredes da escola, ela se dá a todo o momento em que o cidadão observa e faz conjecturas a respeito do que está

participando, sendo assim, quando uma instituição museal apresenta-se de forma tecnicamente adequada, ela está diretamente contribuindo com mecanismos de educação. Outro resultado importante nessa cadeia de preservacionismo é a geração de empregos, que pode estar diretamente ligado ao museu através do seu quadro de funcionários, como também, os que surgem de forma indireta em forma de prestação de serviços especializados e outros que são responsáveis pelos recursos necessários aos locais de freqüência elevada, nesse caso, podemos citar os do setor alimentício como exemplo mais presente, sendo que toda essa valorização dos aspectos culturais de um local desemboca dessa forma em frentes de trabalho, cujos efeitos ainda são potencializados quando se efetiva de forma consciente e cidadã propostas estruturadas para a geração do turismo.

A preservação de bens culturais não é unicamente responsabilidade de instituições museais. As preservações das manifestações culturais na sociedade dependem também de atitudes adquiridas e praticadas pelos cidadãos que têm como finalidade a permanência dos princípios da alteridade.

Ao estudarmos as políticas públicas direcionadas à cultura de Salto, verificamos que os constantes programas de governo dedicam poucas linhas a tal questão e parecem repetir a receita que perdura por muitas administrações públicas e que pouco se transformam com as mudanças sociais, culturais e econômicas. Em outras áreas da administração pública, como, a saúde, educação, indústria e comércio, planejamento, são visualizados maiores investimentos que se explicam pela maior demanda e, conseqüentemente, revisões orçamentárias, além de captação de fundos advindos do governo estadual e federal.

À área cultural fica reservada somente à manutenção dos serviços já existentes, como as bibliotecas, museu, celebrações cívicas e religiosas e o carnaval. Essas celebrações são avaliadas pelo número de holofotes direcionados ao espetáculo e não pela qualidade do que está sendo apresentado.

Os cargos políticos, na maioria das vezes, são oferecidos aos que mantêm vínculos políticos e que de alguma forma participam de alguma atividade artística da cidade, como atores amadores, professores, ou, nem isso, ficando de fora os apresentam níveis de qualificação técnica e acadêmica.

Quando nos referimos à cidade de Salto e à implantação do seu museu - percurso, detectamos a mudança na política cultural no que se refere à eleição de memórias direcionadas à celebração da imigração italiana. Salto tornou-se, no momento da elaboração e solidificação de tais imagens, um reflexo do movimento mundial de valorização do passado⁷, quando promoveu a musealização do centro antigo da cidade, representação de uma memória oficial.

As Propostas de Governo dos candidatos, posteriores ao governo que instalou o Museu (1992, 1996, 2000 e 2004), nem mesmo mencionam projetos destinados ao museu da cidade, o que pode ser interpretado como um descaso e desconhecimento a respeito do significado da instituição e o que ela pode oferecer à cidade em termos educacionais, culturais e de lazer, sendo que tal tratamento à cultura se mantém,

⁷ Fenômenos anteriores aos de 1980 podem ser destacados como o início da preocupação mundial pela memória. Dentre esses, destaca-se nos Estados Unidos e Europa, na década de 1960, os movimentos revisionistas, alternativos e a descolonização africana. Na década de 1970, a recuperação arquitetônica, a emergência da arquitetura dedicada aos museus, o uso de imagens particulares – fotografias e imagens em movimento, memorialismos, documentários, canais de TV especializados em história, isso tudo, implicando na musealização do mundo, onde, todos representam seus papéis (Huyssen, 2000).

mesmo a cidade tendo conquistado no ano de 1999 o título de Estância Turística, atribuído pelo governo do Estado.

No caso do museu saltense pode-se diagnosticar a falta de qualquer política voltada exclusivamente para essa instituição, deixando-a sem suporte financeiro e outros recursos necessários para a manutenção do prédio, do acervo e a qualificação dos funcionários.

O órgão hierarquicamente estabelecido como sustentador do museu de Salto é a Secretaria de Cultura e Turismo, que não possui na sua gestão uma verba destinada unicamente ao museu e, que quando solicitada por parte do museu algum equipamento, manutenção do prédio, compra de materiais, tem que se esperar de forma paciente a secretaria destinar, sem previsão de tempo, a verba para solucionar o problema. Não se trata, no caso dessa verba, de um montante alto, trata-se às vezes de compra de simples lápis especiais para notação em documentos, ou luvas descartáveis, ou máscaras contra poeira, ou a troca de um vidro quebrado da janela, o conserto de um equipamento, sendo que tudo passa anos na inércia pela falta de manutenção. As goteiras do museu de Salto são velhas conhecidas dos visitantes, jornais e pelas muitas equipes de trabalhadores que nas inúmeras tentativas de solucionar os problemas, passaram pelo local sem sucesso. O caso do telhado e das goteiras que alagavam o museu quando da ocorrência de qualquer chuva, servem como exemplo para dimensionar a distância que existe entre o museu e a Secretaria de Cultura que, em nenhum momento reconheceu nas reclamações dos funcionários uma necessidade de solução para os problemas que o museu enfrentava.

O museu de Salto ainda não efetiva nenhum meio de se enfrentar o descaso provindo do poder público local. Não institui, por exemplo, nenhuma sociedade de

amigos do museu, órgão civil que poderia estabelecer quadros de ações e exigências de preservação da instituição junto à secretaria de cultura do município. Também não vai estabelecer um vínculo maior com a população jovem local estabelecendo cursos de monitorias e agregando programas de voluntariados para uma ação educativa e preservacionista de todo o percurso elencado para se contar a história da cidade. Todo um potencial que poderia ser desenvolvido e ampliado com o devido cuidado e planejamento por parte dos órgãos que mantêm um projeto de cultura para a cidade, fica relegado a não efetivação devido a um não interesse estrutural de implementação de práticas cidadãs ligadas aos órgãos de cultura. O museu de Salto passa a centrar toda a totalidade de suas ações na exposição da coleção de objetos expostos em sua sede, já que os núcleos externos começam um processo de derrocada e degradação. Tais coleções de objetos ficam expostos de forma não rotativa e aberta a uma visita pública, hoje bastante limitada sem implementações de outras políticas museais de expansão de conteúdos e reflexões dos mesmos. O museu de Salto vai gradativamente perdendo um potencial educativo, inovador enquanto forma de museu-percurso e se restringindo a uma sede de exposição de objetos que talvez possa servir como atrativo para uma cidade definida como estância turística. Não que a proposta do lazer exclua as atividades museais, ao contrário, o museu também têm a função de servir como um ambiente de visita pública em que o lazer promova um tipo de educação informal. No entanto, o museu de Salto poderia, como todo projeto museológico, efetivar uma política cultural que sirva à população local como algo muito maior que o mero lazer informal.

CONCLUSÃO

Escrever sobre o Museu da Cidade de Salto não foi uma tarefa confortável. Além de eu ter trabalhado nesta instituição por dez anos e ter sido, no final desse período, desligada de minhas funções devido a incompatibilidade com a nova administração, somando-se ainda o agravante do projeto de desmontagem do museu, sem ao menos ter considerado a minha opinião e nem as dos outros funcionários, fato este que me forçou a atitudes éticas preservacionistas inculcadas nos profissionais de museus.

Outro fator que me desestruturou foi o de ter percebido, tardiamente, a proposta política comprometida que o museu carregava consigo desde a sua instalação, em 1991. Meus olhos estavam mais voltados para as práticas de preservação dos testemunhos históricos do que propriamente nos fatores que haviam transformado aquele espaço em cristalizador de uma única visão histórica daquele lugar. É claro que eu sabia que o *perfil* do museu estava centrado em consolidar a memória italiana e fabril da cidade e eu mesma havia me preocupado muito com esse fato e para amenizar o problema instituí, juntamente com os funcionários, um arquivo onde outras manifestações culturais achavam espaço. O arquivo não possuía visibilidade como a exposição de objetos, carregado de significados marcantes da presença italiana e fabril em Salto, mesmo assim cumpria um bom papel na preservação da memória construída em outros espaços diferentes daquele que o museu pretendia divulgar na exposição.

Por outro lado, o museu tornou-se uma espécie de referência ao público estudantil que visitava o local maciçamente, vindos de várias cidades da região, para estudarem especificamente a imigração italiana e a industrialização.

O outro lado da questão, na realização deste trabalho, foi a reflexão das políticas públicas e quais são seus reflexos nas instituições culturais e, no caso do museu de Salto, a falta de uma política cultural transparente que dificultou os trabalhos ao longo de seus quinze anos. Além disso, a dissertação conduziu-me a um nível de criticidade a respeito da pluralidade das manifestações culturais.

Quanto aos problemas enfrentados pelo Museu de Salto a respeito dos recursos a ele oferecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo, é lamentável concluir que esta instituição sobreviveu precariamente sem incentivos na área de pessoal e nem recursos materiais significativos para o desempenho qualitativo direcionado a atender os que ali procuravam materiais de pesquisa.

O desgaste comum aos prédios, principalmente os antigos, pedem manutenção constante e, se isso não acontecer, previsivelmente os problemas vão se agravar ainda mais, como os estragos provocados pelas goteiras, a tinta descascada e vidros quebrados. Fato também identificado no prédio do museu.

A falta de investimento na área de recursos humanos é, no meu ponto de vista, o mais lamentável, por se tratar de uma instituição comprometida com a preservação da cultura material, sendo assim, é urgente que profissionais especializados sejam contratados para esse fim e os que já estão desempenhando suas funções no local sejam favorecidos com uma maior qualificação profissional.

Quanto à desmontagem do Museu da Cidade de Salto e o projeto de se criar um outro no prédio da antiga indústria Brasital, não me agrada, fundamentalmente por não ser este um prédio público. Quanto ao museu direcionar-se a outro perfil, que ao menos desta vez se faça com maior abrangência para se compor uma memória coletiva. Ainda assim, pairam, neste instante, dúvidas quanto ao direcionamento dessa nova proposta

e, mais dúvidas ainda, a respeito do que será feito com o acervo constituído até aqui e que retrata parcialmente os traços da memória da cidade e por isso também possuem sua devida importância. A memória italiana seria engavetada? Estaria eu equivocada em proteger a memória da qual nesse trabalho efetuei críticas quanto à forma como foi exacerbadamente lembrada? Enxergo em cada objeto que compõe o museu, dos que estão na exposição e os que estão aguardando na reserva técnica, em cada documento e em cada fotografia, um testemunho com potencial para ser estudado. Estudar a cultura italiana fascista em Salto, por exemplo, seria muito trabalhoso, não pela falta de documentos, ao contrário, mas pela abundância de informações que deixaria qualquer pesquisador confuso. Entendo que o que se denominou Museu da Cidade de Salto deveria ter sido denominado de Museu da Presença Italiana e Industrial na Cidade de Salto.

Creio que, além disso, seu acervo dimensiona também outros aspectos da cidade, desta forma, contradições são identificadas, no entanto, a persistência nesses erros é o que os torna mais graves. Não me agrada a idéia de desmontá-lo e assim, apagar sua existência. Por que não trabalhar com a idéia desse erro e reconduzi-lo à uma nova fase, adaptando-o para aquilo que buscamos como guardião de memórias. O fato de ele ter sido nos seus primeiros quinze anos detentor de uma única versão da história o torna também testemunha de uma política cultural equivocada. Que, diga-se de passagem, não foi a única, o que também não quer dizer que os erros são sempre justificáveis. Há, porém, no interior desse museu muito da cultura material dessa memória italiana e fabril e isso é de interesse para a memória local, claro que não para celebrá-la, mas para conhecê-la.

Quanto ao destino do museu de Salto não posso responder ensaiando uma previsão, mas tenho em mente que o melhor a ser feito é não perder seu acervo, ou desmembrá-lo sem o acompanhamento de profissionais da área da museologia para registrar esse desmembramento.

Concluo, pois, que esses dez anos de experiência, com todos os problemas que me deparei, foi ainda de engrandecimento de uma experiência que muito foi significativa em minha trajetória de historiadora e arquivista. A reflexão é a forma com que finalmente encerro minhas atividades ligadas ao Museu da Cidade de Salto e que tudo se firme o para fortalecimento de minha conduta profissional e ética e que o futuro dê as respostas, que este trabalho que trata de um objeto, cuja história é tão recente, deixa em aberto, mas acima de tudo, realmente desejando que não apenas Salto, mas tantas cidades interioranas que ainda engatinham no sentido de definir sua memória local, possam fazer com o máximo dos princípios democráticos que se ligam às práticas culturais e museológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Victor. ZEQUINI, Anicleide. ***Papel de Salto – 110 Anos de Evolução e Tecnologia***. Salto – SP: Papel de Salto, 1999. 72p.

BARBUY, Heloísa. ZEQUINI, Anicleide. Museu da Cidade de Salto: Projeto de Implantação. In: ***Boletim do Centro de Memória da UNICAMP***. Campinas, 1992. (v. 4).

BARRRETO, Margarita. ***Os Museus como Centro de Educação Permanente***. In: Boletim do Centro de Memória da UNICAMP. volume 4, nº 7/8. Campinas, 1992.

BOURDIEU, Pierre. ***O Poder Simbólico***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 322p.

BRESCIANI, Stella (Org.). ***Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX***. São Paulo: ANPUH; MARCO ZERO; FAPESP, 1993. 190p.

BURKE, Peter. ***A Escola dos Annales: 1929 – 1989 – A Revolução Francesa da Historiografia***. 2.ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. 154p.

CASTELLARI, Luiz. ***História de Salto***. Salto: Gráfica Taperá, 1971. 176p.

CHAGAS, Mário. ***Há uma Gota de Sangue em cada Museu***. Chapecó (SC): Argos, 2006. 135p.

CHARTIER, Roger. ***A História Cultural. Entre práticas e representações***. Lisboa, Portugal: Difel, 1988. 244p.

DE DECCA, Edgar Salvadori. ***Memória e Cidadania***. In: ***O Direito à Memória***. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p.129 – 136.

DOTTA, Mário. **Escola Anita Garibaldi (1909 – 1968)**. Salto, s/d.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da Cultura Escolar: A Importância da Museologia na Conservação/Comunicação da Herança Educativa. In: **Pro-Posições** Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas – SP, 2005. vol.16.

FERRARI, Ismar. Recursos Hídricos Regional: Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. In: **Panorama Histórico – Geográfico do Vale Médio Tietê: 500 Anos de Brasil**. Itu – SP: Ottoni Editora, 2000. 130p.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O Almanaque, a Locomotiva da Cidade Moderna: Campinas, década de 1870 e 1880**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 340.

GIRAUDY, Danièle. BOUILHET, Henri. **O Museu e a Vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 1990.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. A Análise da Parceria Museu-Escola como Experiência Social e Espaço de Afirmação do Sujeito. In: **Educação em Museu. A Construção Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciência**. Rio de Janeiro: Access, 2003. 233p.

LAVILLE, Christian. *Em educação histórica, a memória não vale a razão*. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, Editora UFMG, nº. 41, 2005.

LE GOFF, Jacques. ***História e Memória***. 4.ed.Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996. 553p.

LIBERALESSO, Ettore. ***Salto: História de Suas Ruas e Praças***. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998. 304p.

_____. ***Salto – História, Vida e Tradição***. 2.ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. 522p.

MARTINS, Maria do Carmo. ***A Construção da Proposta Curricular de História da CENP no Período de 1986 a 1992: Confrontos e Conflitos***. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 1996. p.113.

_____. ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. ***Lugares de memória: sedução, armadilhas, esquecimento e incômodo***. In: Revista Horizontes. Campinas: Editora Universitária São Francisco. Vol. 23, nº. 2, julho/dezembro de 2005.

_____. ***Os Desafios para a Organização do Centro de Memória da Educação da UNICAMP, ou de como construir coletivamente um “lugar de memória”***. In: www.fe.unicamp.br/serviços/centro_memória/pesquisa/evora.pdf. 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. ***O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado***. In: *O Direito à Memória*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 189 – 194.

MERLIN, José Roberto. ***Salto: Indústria, Rio e Espaço na Visão de um Arquiteto***. 1986. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de São Paulo, São Carlos, 1986.

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. ***Educação em Museus***. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NEVES, Rogério Xavier. ***As Possibilidades Educacionais dos Centros de Documentação e Memória***. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ROCHA – TRINDADE, Maria Beatriz. ***Iniciação à Museologia***. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta Editora, 1993.275p.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. ***Memória, Cultura e Cidadania: Estudo de uma Política Pública***. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade estadual de Campinas, 2000.

STONE, Lawrence. ***O Ressurgimento da Narrativa: Reflexões sobre uma nova velha história***. In: *Revista de História*. Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1991, p.13 – 37.

SUANO, Marlene. ***O que é Museu***. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 101p.

TRENTO, Ângelo. ***Do Outro Lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil***. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989. 574p.

VALENTE, Maria Esther. A Conquista do Caráter Público do Museu. In: ***Educação e Museu. A Construção Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciência***. Rio de Janeiro: Access, 2003. 233p.

VARINE – BOHAN, Hugues. ***Os Museus no Mundo***. Rio de janeiro: Salvat Editora, 1979.

ZEQUINI, Anicleide. ***O Quintal da Fábrica. A industrialização pioneira do interior paulista, Salto-SP, séculos XIX e XX***. 1.ed. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004. 188p.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Arquivo do Museu da Cidade de Salto.

- Coleção Registro de Estrangeiros. 1939 - 1962.
- Coleção de Documentos de Divulgação do Museu, produzidos pelo Escritório Júlio Abe Wakahara. 1991.
 - . Folder do Museu da Cidade de Salto.
 - . Folder do Parque Rocha Moutonnée.
 - . Folder do Parque das Lavras.
 - . Textos dos painéis da Sede do Museu da Cidade de Salto.
 - . Textos dos painéis dos Pontos de Referência.
 - . Textos dos painéis do Parque Rocha Moutonnée.
 - . Textos dos painéis do Parque das Lavras.
- Jornal da Tarde: Caderno de Sábado, São Paulo, 12.09.1992. p.02.

Arquivo Administrativo da Escola Estadual Prof. Tancredo do Amaral.

- Documentos Administrativos da Escola Estadual Professor Tancredo do Amaral. Acervo: E.E. Prof. Tancredo do Amaral, 2000.

FONTES ELETRÔNICAS

<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>

http://www.fe.unicamp.br/serviços/centro_memoria/pesquisa/evora.pdf

<http://www.memoriaeducacao.hpg.ig.com.br>

<http://www.cultura.gov.br/politicas/museus/index.php?p=1351&more=1&c=1&pb=1>